

CASTELO E SUAS RELAÇÕES COM O MEIO RURAL — Área de Colonização Italiana

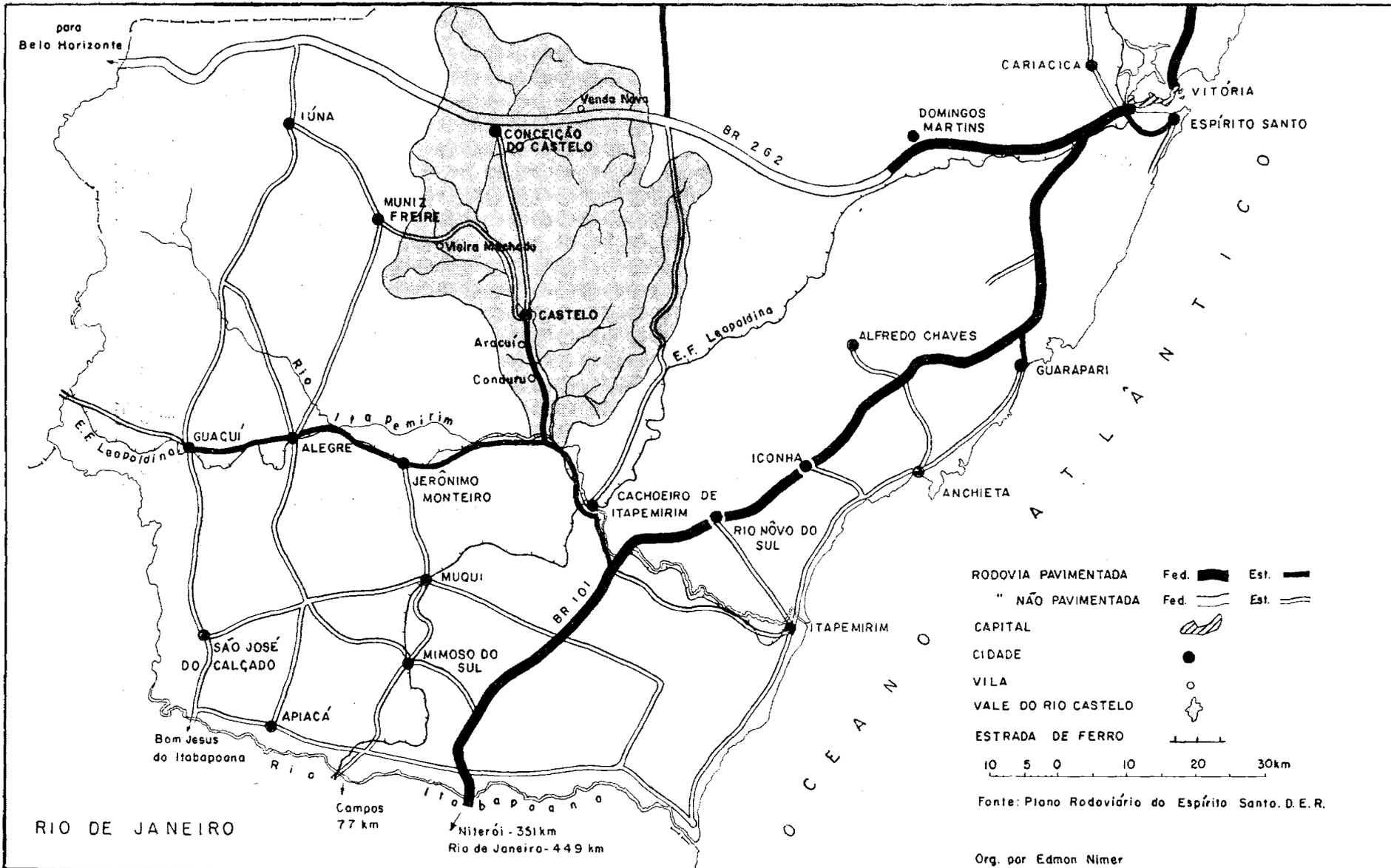
EDMON NIMER
e
JACOB BINSZTOK
Geógrafos do IBG

Este trabalho tem como finalidade o estudo da organização espacial do vale do Castelo, cuja importância reside principalmente no fato de se tratar de uma região homogênea, cuja origem, evolução e dinamismo atual refletem os processos dos mecanismos vitais, históricos e atuais, do Sudeste do Brasil, região na qual ela está perfeitamente integrada, recebendo diretamente desta todos os fatores progressistas ou inibidores que a caracterizam.

A importância de seu estudo é tanto maior em se tratando de uma área que além de possuir características que a distinguem dentro do Sudeste, permanecia até então praticamente desconhecida na literatura geográfica. Além disso, esta área passa presentemente por transformações econômicas mais ou menos semelhantes àquelas já experimentadas pelo vale do Paraíba do Sul e pela “Zona da Mata” de Minas Gerais com a passagem do ciclo econômico do café para a pecuária leiteira, cujas conseqüências, no vale do Castelo, ainda são imprevisíveis, dadas suas características físicas, estrutura agrária e formação cultural bem diferentes daquelas que antecederam às transformações das outras duas regiões referidas. Além disso, o processo de transformação econômica por que passa o vale do Castelo é ainda muito recente.

Não obstante se tratar de um espaço geográfico marcado principalmente pela colonização por parte de elementos estrangeiros, diretamente inspirada por uma concepção intervencionista do Estado brasileiro desempenhando papel na sua elaboração e desenvolvimento, a maneira como se processou esta colonização no vale do Castelo, o classifica em uma região de formação liberal. Nesta os fatores naturais e históricos desempenharam e desempenham papel muito importante no condicionamento do quadro geográfico; daí, iniciarmos nosso trabalho com a descrição do quadro natural e da etapa da evolução histórica que nele se processaram.

Este trabalho é o resultado de pesquisas levadas a efeito *in loco*, em função das possibilidades locais, do tempo de que dispúnhamos (13 dias), do número de pessoas empenhadas nas pesquisas (apenas seus autores) e dentro das condições de trabalho que nos foram gentilmente oferecidas pela firma “Nemer Exportadores de Café e Cereais



RODOVIA PAVIMENTADA	Fed.	Est.
" NÃO PAVIMENTADA	Fed.	Est.
CAPITAL		
CIDADE		
VILA		
VALE DO RIO CASTELO		
ESTRADA DE FERRO		
	10 5 0 10 20 30km	

Fonte: Plano Rodoviário do Espírito Santo. D.E.R.

Org. por Edmon Nimer

Ltda”, da colaboração que tivemos de diversas fontes de informação, dados estatísticos, inquéritos e de estimativas, às quais apresentamos nossos agradecimentos, e delas fazemos citações na penúltima página deste trabalho.

Lembramos que o presente trabalho tem validade integral para as áreas visitadas, correspondentes ao município de Castelo. Entretanto, algumas generalizações concernentes aos quadros natural e agrário podem ser feitas para a área do vizinho município de Conceição do Castelo, localizada no alto curso da Bacia do rio Castelo; generalizações estas, decorrentes de informações obtidas nos diferentes tipos de inquéritos, ou por informações bibliográficas.

I — ASPECTO DO QUADRO NATURAL

Podemos distinguir, no Espírito Santo duas grandes regiões: a dos tabuleiros, junto à orla litorânea, e a dos planaltos, muito dissecados, no interior, ambas seccionadas em partes setentrional e meridional pelo rio Doce que, depois de drenar terras de Minas Gerais, divide o estado capixaba ao meio.

Dentro da metade meridional da área de planalto encontra-se, logo ao sul do rio Doce, a chamada zona de colonização antiga do Espírito Santo, parte da qual constitui objeto do trabalho que se vai ler.

A área em questão, compreendendo parte do vale do Castelo é, com exceção do seu setor mais meridional (sítio da cidade de Castelo e seu distrito de Aracuí) uma das mais acidentadas do Estado.

Trata-se de uma zona de estrutura extremamente complexa onde um grande bloco granito-gnáissico foi profundamente entalhado pelos cursos de água, relativamente abundantes. Os vales em “V” bem fechados possuem vertentes muito íngremes e mesmo abruptas, com grandes diferenças de níveis dos sopés aos topos. Os fundos dos vales são, muitas vezes, estrangulados pela presença de rochas mais resistentes que condicionam terraços embutidos em alvéolos, onde as quedas de água, os cursos freqüentemente torrenciais, as escarpas abruptas, os vales suspensos (a uns 500-600 m de altura) e uma camada de mármore que aflora na Fazenda da Prata (cêrca de 200 m de alt.) indicam um importante soerguimento da região e um vigoroso trabalho erosivo.

A maior parte da drenagem da região em questão é comandada pela calha do rio Itapemirim e seu afluente Castelo. Os afluentes do Itapemirim, inclusive o rio Castelo e seus afluentes são relativamente pequenos, entalhados em vales profundos, muito acidentados, freqüentemente seccionados por soleiras responsáveis pelos estrangulamentos dos vales, as quais são constituídas por uma sucessão de alvéolos (num dos quais, e dos mais amplos, está situada a cidade de Castelo), relacionados com as rupturas de declive dos seus perfis longitudinais.

No conjunto, o vale do Castelo possui três faixas altimétricas que condicionam domínio de condições climáticas peculiares de profundas conseqüências no uso da terra, na estrutura fundiária e na forma de

economia. A primeira faixa corresponde aos níveis inferiores a 400 m de altitude, aproximadamente; a segunda corresponde às áreas de 400 a 900 metros; e finalmente àquelas áreas acima de 900 m de altitude.

A extraordinária compartimentação morfológica parece justificar a presença de uma diversificação climática não muito comum no País. Infelizmente, dada a completa inexistência de observação meteorológica, só podemos sugerir as condições baseadas nos trabalhos de Climatologia realizados por nós em pequena escala cartográfica para o Sudeste do Brasil; do quanto nos foi dado perceber pelo testemunho dos moradores; e pelas correlações estabelecidas com base no relatório realizado por PASQUALE PETRONE¹, que se refere às áreas de Santa Tereza e Santa Leopoldina, cujas latitudes e altitudes muito se assemelham às da área de Castelo.

As diferenças altimétricas, aliadas à orientação dos vales e das vertentes e à exposição em relação à circulação atmosférica local são responsáveis pela presença de pelo menos dois importantes tipos climáticos: o das “terras quentes” (clima quente ou tropical) e o das “terras frias” (clima temperado ou tropical de montanha).

Os moradores da região chamam de terra quente aos fundos de vales maiores e as áreas de terraços ou baixas colinas; essa denominação abrange, geralmente, as áreas com menos de 400 m de altitude.

As temperaturas médias anuais das “terras quentes” oscilam entre 23° a 26°C. Os meses mais quentes são janeiro e fevereiro, às vezes dezembro, com médias de 27°C. Nesta época do ano as máximas chegam a atingir 35°C ou pouco mais. Portanto, apesar destas áreas serem quentes elas não apresentam temperaturas excessivamente elevadas, como acontece em certas áreas do próprio Sudeste. Os meses de temperaturas mais baixas são junho e julho, quando as médias baixam até 20°C ou pouco menos, e as mínimas, raras vezes, descem a menos de 10°C. As amplitudes anuais são, portanto, relativamente elevadas.

A pluviosidade média anual não é muito elevada, uma vez que, embora caracterizada por fortes oscilações, pouco supera 1 000 mm. Verifica-se uma nítida estação chuvosa, de dezembro a fevereiro, e um curto período seco referente aos meses de junho e julho. Todavia, de ano para ano, podem verificar-se fortes modificações no regime pluviométrico (desvio médio de 25% aproximadamente) não havendo nenhum período seco, ou tornando este mais prolongado, o que justifica as queixas que ouvimos em várias partes, referentes a períodos de estiagem prolongada.

Por “terra fria” entende-se, na região, as áreas que se encontram acima de 400-500 m. Naturalmente existem as transições entre um tipo e outro, porém, pouco significativas do ponto de vista climatológico e do condicionamento da atividade agrícola, tendo em vista que, devido as bruscas variações altimétricas, elas podem ser praticamente contíguas.

¹ PETRONE, Pasquale — “Aspectos Geográficos da Área de Colonização Antiga do Estado do Espírito Santo” Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo — Brasil, 1962.

As temperaturas médias anuais, nas terras frias, giram em torno de 21°C. Nos meses mais quentes as médias são aproximadamente de 25°C, e as máximas são de 30-32°C. Os meses mais frios são os de junho e julho, que apresentam temperaturas médias de 18°C e até menos, conforme a altitude. Nesta época as mínimas podem atingir 2°C. As amplitudes térmicas anuais não diferem daquelas da área quente.

Nas “terras frias”, em virtude do relevo, as chuvas são mais freqüentes e mais intensas, motivo pelo qual a pluviométrica média anual é bem mais elevada que nas “terras quentes”, normalmente superando 1 500 mm e podendo ultrapassar 2 000 mm. Como nas “terras quentes”, os meses de verão são os mais chuvosos, o período seco, de inverno, não é tão acentuado quanto nas “terras quentes”, e o regime pluviométrico, embora também sujeito a grandes modificações de ano para ano, não chega a determinar um nítido período seco.

Não há dúvida que, tanto nas chamadas “terras quentes” quanto nas “terras frias”, existem condições climáticas tropicais. Entretanto, as últimas, com temperaturas mais baixas, e com pluviosidade melhor distribuída no decorrer do ano, fogem ao comum dos climas tropicais quentes, estando inclusive as áreas de altitudes aproximadamente superiores a 900 m, muito sujeitas à ocorrência de geadas durante o inverno, constituindo esta altitude o limite mais elevado da cultura do café.

Por falta de um bom mapa hipsométrico e de elementos seguros sobre o clima, não podemos dar uma idéia quantitativa exata das áreas abrangidas por um e outro tipo. Entretanto, a grosso-modo, podemos afirmar que, dentro da área que nos interessa, o município de Castelo, correspondem às “terras quentes” o setor meridional, ou seja, quase toda a extensão do sul do distrito sede e praticamente todo o distrito de Aracuí, englobando cerca de 50% do município; os outros 50% correspondentes às “terras frias”, predominam a leste, oeste e norte do município. Nestas últimas, existem pequenas áreas dispersas cuja altitude ultrapassa o limite de 900 m como é o caso do Morro do Forno Grande que chega a alcançar o nível superior a 2 000 metros de altitude. Ao norte, no vizinho município de Conceição do Castelo, de condições físicas, etnológicas e estrutura sócio-econômica semelhantes, predominam as áreas de “terras frias”.

Conforme literatura antiga, o revestimento vegetal original da região considerada foi a floresta latifoliada da mata tropical atlântica que recobria toda a região. As diversificações climáticas, entretanto, expressas nas “terras quentes” e “terras frias”, justificaram uma distinção na composição florística em função da altitude. Assim é que acima de 300-400 m, segundo P. PETRONE², baseado em pesquisas de outros autores, “as florestas abrigavam o cedro, a brauna, a canela, a pindaíba, a cangerana, e outras, enquanto que abaixo dessa cota eram

² Obra citada.

mais comuns a peroba, o jacarandá, o vinhático, o jequitibá, o ipê, a sucupira, o angico, etc.” Tendo alimentado intensa atividade madeireira, hoje pouco importante, o manto florestal foi removido para dar lugar à agropecuária. Atualmente reduz-se praticamente a manchas modestas nos topos dos morros e cabeceiras, ou grotas, constituindo pelo que pudemos observar, mais reservas de solos do que propriamente reservas de madeiras. Em suma, a maior parte das manchas florestais ainda existentes já foi despojada da madeira melhor, ou então não passa de matas secundárias.

Em síntese, a área em estudo, quando observada pormenorizada-mente, oferece-nos uma grande diversificação nos seus aspectos físicos. Todavia, nos seus grandes traços, apresenta-se como um conjunto homogêneo. A única diferenciação significativa, pelas maiores repercussões que tem tido nas atividades da população é dada pela oposição entre as “terras quentes”, de topografia menos acidentada, e as “terras frias” caracterizadas por fraturas, falhamentos, vertentes abruptas e pela violência da erosão das águas correntes.

II — POVOAMENTO

O histórico do povoamento desta área pode ser dividido em três fases distintas: fase de *mineração do ouro*, fase da *distribuição de sesmarias ou do café escravocrata*, e a fase de *colonização italiana*³.

Como o povoamento desta área sempre esteve integrado nos processos de ocupação, em particular, do sul capixaba, e em geral, do Sudeste do Brasil, procuraremos sempre que necessário estabelecer as interações mais importantes destes processos.

As primeiras tentativas de ocupação e povoamento do Espírito Santo, datam do século XVI. Porém, apesar do apoio das aldeias jesuíticas, a colonização lusitana permaneceu mais de um século em alguns núcleos dispersos na orla marítima, devido, sobretudo, a animosidade dos selvícolas.

No litoral o terreno, pela topografia suave e pela umidade, prestava-se excelentemente ao cultivo da cana-de-açúcar e era possível desenvolver-se a exploração agrícola baseada no trabalho escravo, como em Pernambuco e São Vicente. Um dos exemplos mais notáveis desse tipo de povoamento nos é dado pelo Baixo Itapemirim. Aí, a família

³ Para as duas primeiras fases do povoamento utilizamos a seguinte bibliografia:

- DAEMON, Basílio — *História da Província do Espírito Santo*.
- ARARIPE, T. A. — Ligeiras notas sobre “A Colonização do Município de Castelo” — Separata da *Revista Brasileira de Municípios*, ns. 63/64 — Ano XVI — Julho — dezembro de 1963.
- MARQUES, Cesar Augusto — *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, GB — 1878.
- FREIRE, Mário Aristides — *A Capitania do Espírito Santo* — Oficina da Vida Capixaba — Vitória, 1945.
- CNE — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XXII, Espírito Santo e Rio de Janeiro — IBGE, GB — 1959.

Bueno Caxanga, vinda da Bahia, na primeira década de 1700, deu início à formação de vastos canaviais. O engenho fundado pela família B. Caxanga — nas imediações do pôrto fluvial ainda hoje conhecido por “pôrto do Caxanga”, breve o núcleo de um nascente povoado, “do Caxanga”, como se faria conhecido — foi o nascedouro da futura vila (1771) e atual cidade de Itapemirim (1938).

Apesar disso, o que mais despertava interêsse por essa região eram as notícias da existência das “minas do Castelo” afamadas pelo ouro aluvional que se dizia nelas existir em profusão, situadas no alto curso da bacia do Itapemirim, em seu afluente Castelo *. Por isso, desde fins do século XVII, a região do Baixo Itapemirim já era habitada pela gente de Guarapari e pelos frades da Companhia de Jesus, todos à procura de ouro.

Por iniciativa oficial tais minas foram descobertas em 1707 e, desde então, passaram logo a ser exploradas por inúmeros forasteiros e jesuítas, êstes com o auxílio dos índios. Três anos depois, a exploração foi suspensa por ordem do Governador da Capitania do Espírito Santo, até que fôssem terminados os trabalhos de feitura da estrada que ligaria esta Capitania à das Minas Gerais. Construída a referida estrada, uma ordem régia autorizava a divisão de terras e a exploração do ouro procurando assim dar uma forma legal à ocupação e exploração já existentes. Em 1754 foi elevada à categoria de matriz, uma capela edificada pelos mineiros no Arraial Velho das Minas de Sant’Ana do Castelo, hoje Fazenda da Povoação que, juntamente com o Caxixe e Ribeirão do Meio, constituíam os lugares de maior concentração dos mineiros, todos na área do atual município de Castelo.

Apesar das rixas entre indígenas e mineradores, a mineração prosseguia. Porém, com a proscrição e expulsão dos jesuítas por obra da política do Marquês de Pombal, a hostilidade dos indígenas foi se tornando mais intensa até que, em 1771 as Minas de Sant’Ana do Castelo foram violentamente atacadas pelos índios Puris, travando-se um terrível combate, sendo grande a carnificina. Como era grande o número de selvícolas, os mineiros que restaram não tendo meios para lhes opor resistência, alguns fugiram perseguidos até a referida vila de Itapemirim, enquanto outros tomaram rumo de Minas Gerais, e outros ainda permaneceram nas imediações das Minas de Sant’Ana do Castelo. A participação do sul capixaba no ciclo econômico da mineração, embora de pequeno significado econômico, fêz com que o interior desta região se tornasse povoado muito antes do centro e norte do Espírito Santo.

Muito embora, durante as duas primeiras décadas do século XIX houvesse interêsse do Govêrno em retornar à exploração de ouro no sul do Espírito Santo, conforme medidas tomadas com êsse fim pelo Governador da Capitania do Espírito Santo e pelo Imperador, o certo é que a febre do ouro se arrefeceu, e a partir de então nem todos que

* Foi dado o nome de Castelo a estas terras, já em época remota, por existir no lugar uma montanha de conformação que fazia lembrar um castelo medieval.

aí chegavam vindos de outras capitâneas objetivavam os lucros fáceis que poderiam advir da exploração aurífera. Alguns se fixavam e criavam povoações por todo o sul do Espírito Santo, intensificando-se entre elas a troca de mercadorias. Fatos muito significativos dessas relações foram as criações de diversos pousos, registros ou “quartéis”, sobretudo em pontos de travessia de rios ou em paradas obrigatórias, como passagem de corredeiras ou pontos terminais de navegação. Um destes exemplos foi a criação, em 1825, de dois “quartéis” de pedestres — postos de policiamento reunindo cêrca de 10 homens cada — às margens de uma corredeira do Médio Itapemirim, a fim de dar certa segurança e permitir que os tropeiros descendo o vale do Castelo e o Alto Itapemirim pudessem proceder à troca de seus produtos por tecido e sal que subiam o Baixo Itapemirim em embarcações até a referida corredeira. A êstes postos que serviram de ponto de concentração, agregaram-se comerciantes que por ali já se haviam estabelecido, formando uma povoação que se tornou Freguesia em 1856, Vila em 1864 e sede do município de Cachoeiro de Itapemirim em 1867.

Para atender às necessidades dêsse florescente comércio, em 1845, foi criado o aldeamento dos índios Puris, com o nome de Aldeamento Imperial Afonsino, em honra ao príncipe Afonso. Vinte seis anos após, já tendo os índios abandonado o local, essa povoação foi elevada à categoria de Freguesia, tendo sido construída uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino, mais tarde o nome foi simplificado para Conceição do Castelo.

Nessa ocasião inicia-se a distribuição de sesmarias a famílias de portugueses e paulistas oriundos do Baixo Itapemirim onde já eram proprietários de canaviais, como também do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sômente a partir daí a região começou a se desenvolver, cessando definitivamente a miragem do ouro. Naqueles imensos latifúndios a fonte de economia tinha como base a lavoura do café e, secundariamente, da cana-de-açúcar; possuíam engenhos e casas de farinha. Nêles, tôda produção era apoiada no trabalho dos escravos negros.

As casas de farinha constituíam uma herança da fase da mineração, adquirida pelo contacto com os índios. A lavoura canavieira e os engenhos de açúcar representavam a expansão do ciclo econômico do açúcar, que embora decadente, no Brasil, ainda era a base econômica do litoral do Nordeste e de outras áreas litorâneas, inclusive do Baixo Itapemirim. A cultura de café correspondia à expansão desta lavoura, que durante o século XIX espalhou-se pelo vale do Paraíba do Sul em terras fluminenses, alcançou o vale do Paraíba Paulista, a Zona da Mata mineira e o sul do Espírito Santo.

Assim, o vale do Castelo, que conhecera o ciclo da mineração, passava ao ciclo do café, novamente integrando-se na economia do Sudeste. Porém, como a lavoura de café alcançou esta região sômente em meados do século XIX, pouco tempo ela permaneceu baseada no trabalho escravocrata. Apesar disso, muitos traços e complexos cultu-

rais do vale do Castelo são produtos desta fase, como a cultura de cana, os alambiques e algumas habitações do campo, sem falar na composição étnica e estrutura social.

Entre 1890-1900 proliferaram as fazendas nesta região, isto, porque, com a abolição da escravatura, as primitivas fazendas tornaram-se grandes demais para seus proprietários, que, então, começaram a lotear ou colocar sob regime de meação partes das mesmas aos colonos italianos, que nesta época alcançavam o vale do Castelo procedentes de leste e nordeste da referida região, iniciando-se assim uma nova fase na história econômica e social do vale do Castelo.

Êsses colonos chegaram ao Espírito Santo na década de 1870, na mesma ocasião em que chegavam para o sul do Brasil colonos da mesma procedência, dando cumprimento a uma política do governo brasileiro de criar, segundo palavras de L. WAIBEL⁴, “um nôvo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata com auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessadas nem no trabalho escravo nem na criação de gado”, e ao mesmo tempo fazer retroceder ou eliminar os índios. Dos que foram encaminhados para o sul do Espírito Santo, a maioria era oriunda do norte da península Itálica. Desembarcaram em Vitória, Anchieta e Itapemirim, de onde eram levados em carroças ou em trem para a região serrana, localizada entre os rios Jucu e Itapemirim, mais ou menos próximos à estrada de ferro Leopoldina que liga Cachoeiro de Itapemirim a Vitória.

O sistema de demarcação e distribuição de terras obedeceu, geralmente, às mesmas diretrizes traçadas em outras partes do País, quer no sul⁵, quer na zona serrana do centro do Espírito Santo⁶. A sede da Colônia, ou de suas seções, possuía um barracão para receber os colonos recém-chegados. A partir daí foram demarcadas as “linhas” coloniais, normalmente acompanhando os fundos dos vales, o que era mais fácil em região tão acidentada; os lotes foram demarcados ao longo das “linhas” de modo a se apresentarem com testada para o curso de água e com fundos para as cumieiras dos interflúvios. Cada colono recebia, geralmente, 5 alqueires de terra (25 ha).

Apesar dos colonos não terem recebido da Itália nem do Governo do Brasil nenhuma cota digna de menção, espalharam-se por extensões cada vez maiores, de um lado, por causa da proliferação muito intensa, e de outro, em virtude, provavelmente, do esgotamento progressivo do solo nos lugares onde se fixaram inicialmente.

Esta expansão se processou de duas maneiras, uma das quais, semelhante àquela concernente ao colono alemão na área serrana do centro do Espírito Santo⁷, a que passamos a descrever. Frequentemente o colono adquiria para se estabelecer um terreno que já estava

⁴ WAIBEL, Leo — *Capítulo de Geografia Tropical e do Brasil* — Conselho Nacional de Geografia — IBGE — Rio de Janeiro, GB, 1958.

⁵ WAIBEL, Leo — *Obra citada*.

⁶ PETRONE, Pasquale — *Obra citada*.

⁷ WAGEMANN, Ernest — “A Colonização Alemã no Espírito Santo” — Separata dos ns. 68, 69 e 70 do *Boletim Geográfico* de novembro e dezembro de 1948 e 1949, CNG — IBGE, Rio de Janeiro, GB — 1949.

ocupado por um posseiro naturalmente sem nenhum título jurídico. Escolhia um trecho de terra que lhe parecia melhor, fincava aí algumas estacas para determinar o limite (com essa providência estava certo de que seria respeitado de todos os lados). Levantava uma frágil casa, onde ficava morando. Derrubava e queimava uma nesga de mata, onde passava a plantar milho, feijão, banana, café, tubérculos, na mais reduzida escala. As vêzes ampliava a derrubada e aumentava a plantação, porém continuava com uma lavoura minúscula. Também costumava instalar-se sobre os restos de um sítio italiano, formado de terras esgotadas e abandonadas, desempenhando então o papel de retaguarda. Outra forma de expansão se deu com a compra de terras em propriedades particulares: os fazendeiros portugueses e paulistas não podendo mais administrar seus imensos latifúndios, colocavam, gradativamente, parte de suas terras à venda.

Com êsses processos de expansão os colonos italianos alcançaram o vale do Castelo e subiram-no até as suas cabeceiras, sem contudo se encontrarem com a corrente de colonos teuto-italianos da área serrana do centro do estado que, nesta época, em sentido contrário, subiam o rio Guandu, afluente do Doce. Assim, as duas correntes colonizadoras foram barradas pela serra do Castelo (seguimento oriental do Caparaó). Enquanto subiam o vale do Castelo, um número menor dêles se dirigiram mais para oeste, alcançando o vale do Braço do Norte Esquerdo, um dos formadores do rio Itapemirim, e outros desceram o vale do Castelo, atingindo o médio Itapemirim. Por tôda área de expansão, passaram desde então a praticar a lavoura comercial do café e da cana-de-açúcar.

Com a chegada dos colonos, as antigas povoações das Minas de Sant'Ana do Castelo cresceram e se tornaram vila de Castelo; e em 1898, o Secretário-Geral do Estado do Espírito Santo comunicou a criação do município de Castelo, desmembrado do município de Cachoeiro de Itapemirim, somente efetivado em 1929. Um ano depois foi criada a vila de Santo André, ficando o município de Castelo constituído pelos distritos de Castelo, Conceição do Castelo e Santo André; esta divisão passa a termo judiciário em 1938. Em 1943 o distrito de Santo André passa a se chamar Aracuí. Em 1963 o distrito de Conceição do Castelo é elevado à condição de município, ficando o município de Castelo representado apenas pelo distrito de Aracuí, além do distrito sede.

Hoje os descendentes dos primeiros colonos, da segunda, terceira e até mesmo quarta geração, constituem a grande maioria da população desta nossa área de estudo, e o vale do Castelo representa o centro da região de colonização italiana do sul do Espírito Santo, onde os traços, complexos, padrões e mecanismos desta forma de ocupação são mais representativos, diluindo-se, para oeste, em Muniz Freire e Iuna, para leste, em Alfredo Chaves e Domingos Martins, sul, em Cachoeiro de Itapemirim, e para o norte, na serra do Castelo. Os mestiços, caboclos e mulatos, não são muito encontrados, o que significa que o processo de amalgamação tem sido insignificante.

III — QUADRO AGRÁRIO

1 — *Estrutura Fundiária*

Em toda área de Castelo dominam as pequenas propriedades; numa área de 600 km², aproximadamente, o município de Castelo contava, em 1965, com 1 325 propriedades. O território encontra-se assim extraordinariamente fragmentado, apresentando de certo modo um excessivo parcelamento das áreas de culturas, fato evidente nos aspectos paisagísticos regionais. Esta característica decorre do modo como se efetuou a aquisição de terras por ocasião da chegada dos colonos.

Convém esclarecer, entretanto, que em alguns casos, certamente menos freqüentes, o proprietário possui mais de um lote, podendo, mesmo, reunir sob sua propriedade 2, 3 e até 5 lotes.

Por outro lado, a fragmentação por herança tornou, em muitas áreas, um acentuado domínio de minifúndios: 232 propriedades, isto é 17% do total possuem menos de 9 ha. Destas, algumas constituem verdadeiras aberrações de 5, 4, 3 e até 1 ha. Alguns camponeses por precaução procuram não dividir os lotes que já são pequenos, mal chegando para a subsistência de uma família com 7 a 8 membros, que é o tamanho padrão das famílias ítalo-brasileiras da região. Assim é que, freqüentemente, um dos membros da família toma por si a tarefa de reunir, por compra, os lotes resultantes da partilha por herança ou, em outros casos, os irmãos delegam a administração do conjunto a um deles, transferindo-se, os outros, para a cidade onde se estabelecem como varejistas ou, menos freqüentemente, adquirem um caminhão para realizar fretes entre as zonas de produção e os mercados consumidores, do sul do Espírito Santo ou mesmo de fora desta região. De qualquer forma, êsse é um dos motivos da constante emigração da zona rural para a cidade de Castelo ou outros centros, e da zona rural de Castelo para as zonas cafeicultoras do norte do Espírito Santo, e até mesmo para o norte do Paraná.

Embora exista um grande número de propriedades denominadas fazendas, poucas justificam êsse nome. Trata-se, na maioria das vezes, de propriedades médias resultantes da fragmentação de antigas fazendas. Na verdade apenas 4 ou 5 delas são grandes propriedades de 400 a 500 ha; apenas uma possui mais de 1 000 ha. Estas estão localizadas, principalmente, nas chamadas “terras quentes”, enquanto, que as pequenas e médias propriedades caracterizam as “terras frias”, muito embora predominem numéricamente mesmo nas “terras quentes”.

Com a decadência da lavoura do café, nos últimos anos, e conseqüente desenvolvimento da criação de gado, tem-se verificado um lento processo de concentração de terras, isto é, um aumento espacial das propriedades criatórias em detrimento do espaço ocupado pelas pequenas propriedades. Entretanto, em seu conjunto, êsse processo ainda não influiu na diminuição do número de propriedades, nem do espaço ocupado pelas pequenas. Isto, que a princípio parece um paradoxo,

decorre do fato de que, simultâneamente a êste processo, algumas grandes propriedades foram loteadas, além de continuar aquêle processo de divisão por herança.

2 — *Uso da Terra*

É praticamente impossível obter a estatística das áreas ocupadas por esta ou aquela forma de utilização do solo, uma vez que os resultados do Recenseamento de 1960 são relativos ao conjunto das áreas rurais de Castelo e Conceição do Castelo; e esta última como sabemos foi desmembrada do município de Castelo em 1963, após portanto ao referido recenseamento.

Entretanto, a paisagem agrária de Castelo reflete uma notável intensidade da ocupação do solo. Conforme informação dos seus habitantes, 50 a 60% da área das propriedades é efetivamente utilizada, o que significa um aproveitamento relativamente intenso dos solos, dadas as características topográficas da região (20%, aproximadamente, da área não é passível de utilização: vertentes íngremes e desprovidas, em parte, do solo) e considerando que as áreas em capoeiras, em virtude do rodízio que caracteriza o uso da terra, não são consideradas como pertencentes ao conjunto relativo a essas porcentagens.

Apesar do declínio, nos últimos 6 anos, da lavoura cafeeira, e conseqüente incremento da pecuária, as áreas ocupadas pelo café, lavoura branca, cana-de-açúcar, pomar, etc., mantêm certo equilíbrio comparadas àquelas ocupadas por pastagens, o que revela a importância ainda pequena da criação.

O principal produto cultivado é o café. Nessa região de colonização antiga, a cultura do café tem sido, desde o início do povoamento efetivamente agrário, até os dias atuais, objeto da maior importância e, a única de grande interesse comercial. Por isso, existem cafêzais por quase tôda a parte. Das 1 325 propriedades, 944 possuem cultura de café conforme relação abaixo:

menos de 20 ha	898	propriedades
20 a 40 ha	40	“
40 a 200 ha	6	“

O fato de nem tôdas as propriedades cultivarem café, parece estar ligado a dois motivos: decadência da cafeicultura de âmbito nacional e a existência de grande número de pequenos sítios dedicados apenas à lavoura branca.

Aqui, mais uma vez, devemos registrar a influência entre “terras quentes” e “terras frias”. Esta distinção corresponde, não apenas uma certa vocação na utilização do solo (criatório predominando nas “terras quentes” e lavoura de café nas “terras frias”), como também dirige a distribuição dos cafêzais: nas “terras frias” a variedade mais cultivada é o “bourbon”, por ser aquêle em que tais áreas apresentam melhor rendimento; enquanto que nas “terras quentes”, pelo mesmo motivo,

a variedade dominante é representada pelo “conilon”, tanto uma como outra espécie possuem diversificações. De qualquer forma, quer nas “terras quentes”, quer nas “terras frias”, o plantio obedece à orientação das vertentes. Segundo os informantes, nas “terras frias” prefere-se ocupar com cafézais as encostas ensolaradas, evitando-se as voltadas para o sul, mais sujeitas às influências dos ventos frios. Em contrapartida, embora menos acentuadamente, nas “terras quentes” são preferidas as encostas voltadas para o sul.

Em virtude do domínio da pequena propriedade, não encontramos nessa região nada que possa lembrar os cafézais paulistas e paranaenses. Embora existam cafézais novos, a lavoura cafeeira aí está em decadência. Isto decorre menos do esgotamento dos solos e do ravinamento intenso (responsável pela parcial remoção do manto arável), e por condições climáticas desfavoráveis (decréscimo da pluviosidade nos últimos anos), do que da decadência da cafeicultura de âmbito nacional. Entusiasmados com a política de erradicação do café do Instituto Brasileiro do Café, muitos proprietários têm permitido a erradicação, geralmente parcial, dos cafézais de suas propriedades, recebendo Cr\$ 500,00 (NCr\$ 0,50) por pé de café arrancado. Esta operação é realizada através da agência local do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Esclarecemos contudo, que os pés arrancados são geralmente de cafézais velhos e de pouco rendimento. Segundo o contrato o proprietário fica obrigado a substituir, nessas parcelas, o café por outro produto da lavoura, durante 2 anos. Como nenhum outro produto apresenta grande ou nenhum interesse comercial, a tendência geral é voltar a plantar café ou então formar pastagens.

QUADRO 1

Produção de café dos municípios de Castelo e Conceição do Castelo, segundo o Recenseamento (arrôbas).

1950	1955	1959	1965*
260 000	216 000	481 950	455 000
			275 000 (Produção de Castelo)

* Agência Municipal de Estatística do IBGE.

O quadro acima revela um declínio de produção nos últimos anos, pelo que nos foi informado, a partir de 1959. Ainda por informação a produção de 1966 foi bem inferior, e menor ainda será a de 1967, devido a intensificação de erradicação de cafézais. As técnicas de cultivo foram integralmente assimiladas pelo colono em contacto com os luso-brasileiros. O plantio, em cova, obedece um alinhamento de alto a baixo das encostas, com as plantas distanciadas de 2 a 3 metros entre si. Não existem exemplos de plantio em curvas de nível e de café sombreado. Com enxada executa-se a tarefa de arar o solo, mesmo porque, em virtude do grande predomínio de vertentes muito inclinadas, o uso

do arado é quase impraticável. As fileiras de cafeeiros podem ser entremeadas com outras plantas em cultura intercalada. Trata-se freqüentemente de “lavoura branca”: milho e feijão geralmente. Nas encostas muito íngremes prefere-se deixar o cafêzal simples.

O beneficiamento do produto deixa muito a desejar. Nem todos lavam o café. Os terreiros de secagem são geralmente de terra batida. Aí fica sem nenhuma proteção às intempéries. Em alguns casos, fôlhas de zinco ou de bananeira cobrem os grãos, em outros casos os grãos são transportados apressadamente para o porão da habitação ou para o paiol. Já o comprador, da cidade, possui modernas máquinas de beneficiar, um dêles pelo processo eletrônico. O transporte, da zona rural para a cidade era feito por tropas de burro, mas hoje o caminhão executa tôda esta tarefa.

Ao café segue-se a “lavoura branca” representada pelas culturas temporárias ou anuais: milho, feijão, arroz, tubérculos, etc. Desta lavoura poucos são os produtos que alcançam mercado regional, ficando seu comércio praticamente restrito ao mercado local. O cultivo do milho, comum em tôda região, além de estar associado à criação de animais (alimentação de suínos, caprinos, eqüinos e aves), constitui também elemento da dieta alimentar da população, aliás o que é comum nas regiões de colonização italiana.

A cana-de-açúcar é outra lavoura encontrada com relativa freqüência, aparecendo de preferência nas “terras quentes”. Esta já ocupou áreas bem mais extensas que as atuais. Atualmente a principal área canavieira se encontra no baixo curso do rio Castelo. Grande parte de sua produção se destina à Usina São Miguel, localizada no distrito de Conduro, município de Cachoeiro de Itapemirim. Porém, em outras áreas, seu cultivo objetiva, principalmente, a obtenção de aguardente e, secundariamente a de rapadura, sendo tôda produção de consumo local.

A fruticultura é uma das atividades regionais que merece destaque. É comum a existência de pequenos pomares, tanto nas grandes como nas médias e pequenas propriedades. Cítricas, bananas, côco da Bahia, abacaxi, abacate, manga, marmelo, pera, pêssego e uva são as frutas mais comumente encontradas. A videira, a pereira, o pessegueiro e o marmelo quase sempre aparecem nas “terras frias” enquanto que as demais são mais freqüentes nas “terras quentes”, com exceção das laranjeiras, encontradas em tôda parte. De tôdas, apenas as frutas cítricas e a banana alcançam mercado regional, as demais são consumidas no próprio local.

Conforme tivemos ocasião de verificar a produção frutícola só não é maior em virtude das dificuldades que os colonos encontrariam caso desejassem obter mercado para o produto. Além disso, as péssimas estradas da área rural de Castelo justificam a perda, por parte do colono, do excesso de produção e, naturalmente não os animam a incrementar esta cultura.

Eventualmente, pratica-se a horticultura nas várzeas e terraços. Planta-se principalmente o tomate, o alho, a cebola, e abóbora, sem contudo objetivar o mercado regional.

QUADRO 2

Produção, Consumo e Exportação dos Produtos Agrícolas do Município de Castelo, em 1965, segundo a Agência Municipal de Estatística do IBGE.

PRODUTOS	Quant. cons. na sede (merc. local)	Quantidade exportada	Cidade de destinação (merc. regional)	Meios de Transporte
Café em côco (arrôba).....	15 000	260 000	Rio (GB) e Vitória	Caminhão
Milho (saca 60 kg).....	56 500	25 000	Cachoeiro de Itapemirim	»
Feijão (tonelada).....	540	222	Cachoeiro de Itapemirim	»
Arroz em palha (saca 60 kg).....	30 000	—	—	—
Mandioca (tonelada).....	5 000	840	Cachoeiro de Itapemirim	»
Batata doce (tonelada).....	156	—	—	—
Amendoim (tonelada).....	4	—	—	—
Cana-de-açúcar (tonelada).....	40 000	32 000	Cachoeiro de Itapemirim	Caminhão
Laranja, limão, tangerina (centos).....	20 000	8 500	Cachoeiro de Itapemirim	»
Banana (cachos).....	700 000	300 000	Rio Bonito (RJ)	»
Côco da Bahia (frutos).....	60 000	—	—	—
Abacaxi (frutos).....	3 000	—	—	—
Abacate (centos).....	1 216	—	—	—
Manga (centos).....	4 800	—	—	—
Marmelo (centos).....	1 600	—	—	—
Pera (cento).....	3 000	—	—	—
Pêssego (centos).....	3 000	—	—	—
Uva (kg).....	4 000	—	—	—
Tomate (kg).....	34 000	—	—	—
Alho (centos).....	400	—	—	—
Cebola (centos).....	200	—	—	—
Abóbora (frutos).....	48 000	—	—	—
Ovos (dúzias).....	225 000	75 000	Rio (GB)	Caminhão
Madeira (m3).....	1 000	2 600	Cachoeiro de Itapemirim	»
Lenha (m3).....	130 000	—	—	—
Carvão vegetal (kg).....	25 000	—	—	—

No conjunto da economia regional a criação merece, como o café, um destaque especial. Esta é relativamente variada: cria-se bovino, suíno, aves, e outros animais de menor importância.

Interessa-nos, particularmente, pela sua importância econômica a criação de bovinos. Seu objetivo é exclusivamente a obtenção de leite. Esta forma de utilização da terra é relativamente antiga, porém, só recentemente, isto é, nos últimos 6 a 7 anos, ela vem entusiasmando os proprietários. Os números abaixo, referentes ao ano de 1965, atestam este fato.

QUADRO 3

Relação da distribuição de gado bovino de acordo com 652 propriedades, segundo a Agência Municipal de Estatística do IBGE.

1 a 19 reses.....	448 propriedades
20 a 49 ».....	134 »
50 a 99 ».....	45 »
100 a 499 ».....	22 »
mais de 500 ».....	3 »

O critério de divisão do número de reses por número de propriedades não é muito expressivo, mormente no que se refere ao número de propriedades que possuem 1 a 19 reses. Entretanto, pelos inquéritos que fizemos, podemos afirmar que é grande o número de propriedades que possuem 5, 4 e até 1 rês. Tratam-se sempre de pequenas proprie-

dades, algumas médias, cuja produção de leite não tem objetivo comercial. Portanto, embora 50% aproximadamente das propriedades possuam gado bovino, somente as grandes e algumas médias podem ser consideradas propriedades mistas, isto é, propriedades cafeicultoras e criadoras, e apenas duas (grandes propriedades) são dedicadas exclusivamente à pecuária. Como as grandes propriedades caracterizam as “terras quentes”, conseqüentemente é nestas áreas que a pecuária é mais desenvolvida.

A lotação dos pastos nessas propriedades não tem nenhum valor real, uma vez que o gado aí não tem na ração uma alimentação que se possa dizer suplementar. Esta é tão importante quanto a formação de pastagens, e comparável nas fazendas exclusivamente de pecuária. As pastagens são sempre plantadas. As espécies de capim mais plantadas são: “colonião”, “jaraguá”, “pernambuco”, “gordura” e “sempre verde”. A sementeira não é feita todo ano. O clima úmido, com curto período seco, ou mesmo inexistente, não permite que as pastagens fiquem secas, por isso, raramente se pratica a queimada.

A localização das pastagens está na dependência direta da localização das culturas, particularmente quanto às de caráter permanente, como a do café. As pastagens ocupam geralmente a maior parte dos fundos de vales (várzeas e baixos terraços), porém à medida que a cultura de café vai sendo preterida, nesta ou naquela propriedade, as pastagens vão ganhando as encostas. Encontramos, por isso, pastagens tanto nos fundos dos vales quanto nas meia-encostas, superiores e até mesmo nos topos das vertentes de longas curvaturas, embora as meia-encostas inferiores e os fundos de vales apresentem pastagens com maior frequência.

A criação é produto do cruzamento de raças indianas (guzerá, gir, um pouco de nelore) e européia (holandês e swiss). A raça “pé-duro” é muito rara na região. Os reprodutores, em maior número de raça holandesa, são importados de São Paulo, geralmente da Fazenda Paraíso, localizada no município de São João da Boa Vista.

A produção de leite quer das grandes como das médias propriedades é enviada à Cooperativa de Laticínios dos Produtores de Castelo (conta atualmente com 60 cooperados) que, após pasteurizá-lo, envia-o, por convênio, à fábrica de “Leite Glória”, localizada no município fluminense de Itaperuna. A produção das pequenas propriedades é consumida pela própria família. Somente quando há excesso, este é encaminhado à Cooperativa, desde que seu proprietário seja cooperado.

3 — *Relações de Trabalho*

Nas pequenas propriedades a atividade agrícola é tarefa que o proprietário com sua família consegue executar. Isso é tanto mais verdadeiro quanto menor a propriedade, e quanto mais numerosos os filhos solteiros. Entretanto, é bastante comum em tôdas as partes da região a presença de meeiros (na região somente os meeiros são chamados de “colonos” e as propriedades, de “colônia”). Frisamos que em todo trabalho agrícola, tôda a família participa, inclusive os menores.

Como os proprietários, os meeiros são em sua grande maioria italo-brasileiros. Residem na “colônia” em que trabalham, sendo sua casa fornecida pelo proprietário. Cultivam “lavoura branca” e cuidam dos cafêzais. Da produção o meeiro fica com metade da safra do café e 2/3 das colheitas na “lavoura branca”. Raros são os casos de emprêgo de assalariados na lavoura de café. Nas propriedades maiores não é raro o meeiro possuir gado e utilizar-se do pasto.

Em tôda área o sistema de meação é freqüente, porque êle está aí, intimamente ligado ao problema do futuro dos descendentes dos primitivos colonos. Por isso, antigamente, como ainda hoje, apesar da extrema divisão de terras, quando um filho contrai matrimônio o pai constrói uma casa para êle, próximo à sua, tornando-se o filho, meeiro do pai. Existem casos em que os meeiros, descendentes casados do proprietário, eram mais de dois ou três. Acontece também, nestes casos, o proprietário dispensar a parceria. Convém frisar que, de uma forma ou de outra, isto se verifica quando o casamento é de um filho, sendo muito raro quando o matrimônio é de uma filha. Dêste modo, o proprietário consegue manter junto a si um ou mais filhos, uma vez que são muitos os que procuram iniciar vida própria nas terras, ao norte, de Colatina, Linhares, etc., e ao sul, nas terras do Paraná.

Lembramos ainda, que o meeiro consegue, às vêzes, reunir para si vários lotes em mais de uma “colônia”, como ainda existem casos, não muito freqüentes, do proprietário ser meeiro em outras “colônias”.

Os contratos entre o dono da terra e o meeiro são geralmente por escrito, não podendo o proprietário dispensar os serviços do meeiro sem uma justa razão, mesmo assim costuma o dono da terra recorrer à indenização.

As vantagens relativamente numerosas de que se caracteriza o tipo de meação nesta região, aliadas à circunstância de ser muito numerosa sua classe (maior que a dos proprietários), revestem-se de notável importância sócio-econômica. A meação possibilita aos desprovidos de terras, defesa contra a subproletarização nos centros urbanos de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e outros. Por outro lado, são evidentes e numerosos os exemplos de descendentes de italianos que, da condição inicial de meeiros, tornaram-se pequenos e médios proprietários, e até mesmo grandes comerciantes estabelecidos nas praças de Castelo e Cachoeiro de Itapemirim.

Ao contrário do que ocorre em muitas regiões do Brasil, onde o meeiro é vítima de relações de trabalho semi-feudais (que o colocam na condição, praticamente de pária da sociedade, forçando-o freqüentemente ao êxodo rural, responsável pela “inchação” que se verifica em todos os grandes centros urbanos do Brasil com a proliferação de favelas, e transferindo os problemas do campo para as cidades), aqui nesta região a condição de meeiro, além de representar um sustentáculo da economia agrícola, evita ou atenua o descontentamento social tão tradicional e comum no meio rural brasileiro.

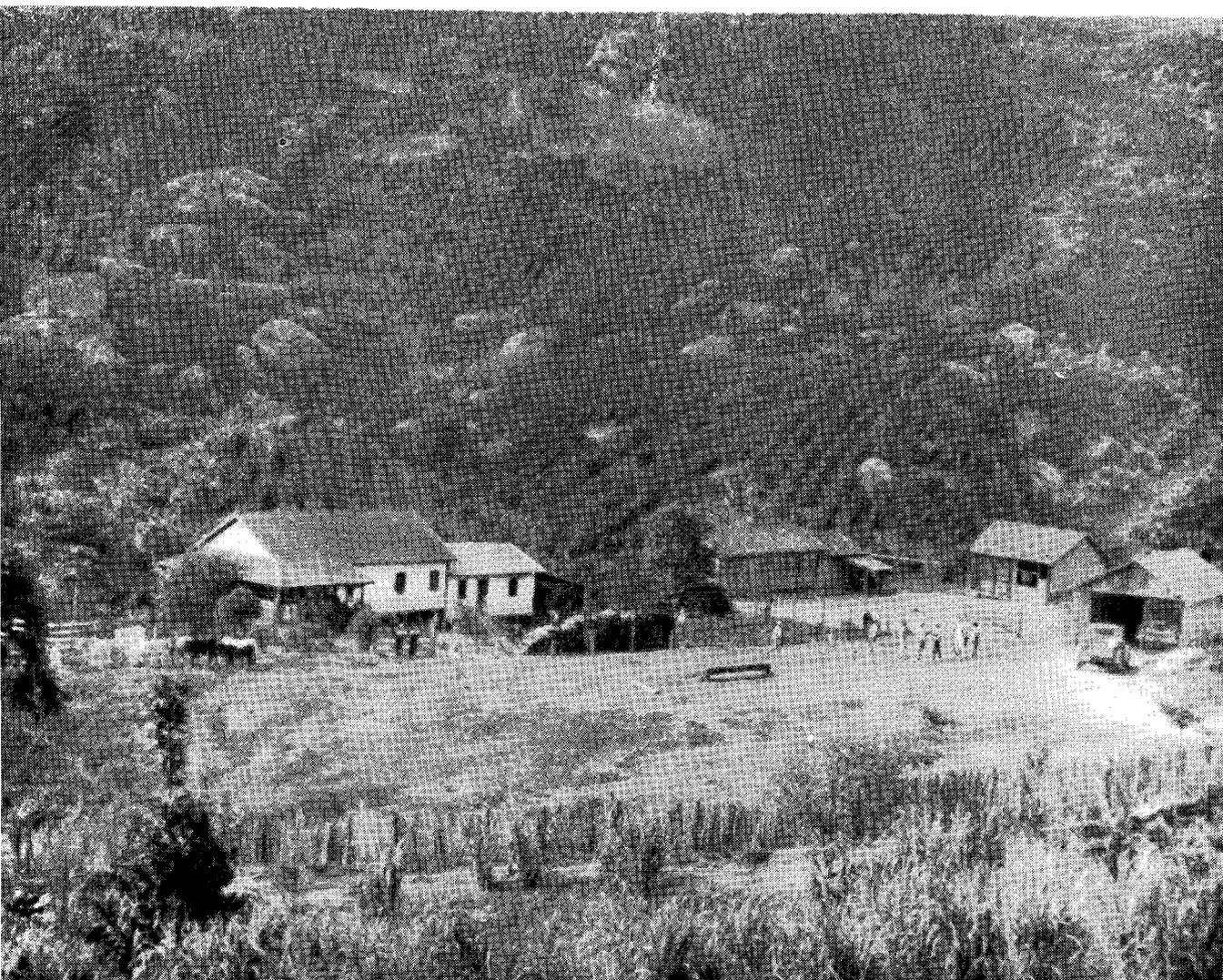
Nas propriedades médias e grandes, mistas ou exclusivamente de criação, os trabalhadores que cuidam do gado são chamados “cam-

peiros". Estes são geralmente de origem luso-brasileira, provenientes na maioria das vezes de Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, muito embora, com o recente incremento da pecuária, alguns ítalo-brasileiros têm se enganado nesta tarefa. Recebem para esse fim salário mínimo (alguns recebem pouco mais) e casa para morar. Sua casa, de construção mais precária, revela padrões culturais e nível sócio-econômico inferiores aos do meeiro.

4 — "Habitat"

A habitação rural é, em geral, acompanhada por outras dependências, sempre separadas da residência. Isto é tanto mais verdadeiro quando a habitação é do proprietário. Trata-se de paiol, galpão, telheiros para diversas finalidades, pequeno terreiro para café, pomar, e às vezes, galinheiro. Se a propriedade é mista, junta-se a esse conjunto, o curral e outras instalações da criação, como telheiros para a alimentação e para o banho do gado.

Foto 1 — Propriedade mista de dimensões médias, cujas encostas são ocupadas pela cultura do café e o fundo do vale por pastagens, e algumas parcelas de solos mais úmidos, pela cana-de-açúcar para ração do gado. Observe-se a habitação, bem característica do colono ítalo-brasileiro no vale do Castelo, acompanhada por outras dependências, sempre separadas da residência. (Foto cedida pelo Sr. OMAR GUIMARÃES).



Em tôda região predominam as habitações de tijolos, usando-se o pau-a-pique. As instalações anexas são geralmente de madeira. O telhado, de duas ou quatro águas, mais comum o primeiro, são de telhas em forma de calha ou de tipo francês. Os tijolos e as telhas são fabricadas pelos próprios colonos, aproveitando a argila do lugar.

Um fato freqüente é a existência de um compartimento menor e mais baixo situado, na maioria das vêzes, no fundo da residência, e ligado diretamente ao corpo principal da casa. Nesta depedência está a cozinha e a dispensa; seu telhado pode estar ligado ou não ao telhado do corpo mais alto da residência. Outro fato comum é a existência de uma varanda na frente ou do lado da casa. Estas habitações, aliás, muito se assemelham àquelas das zonas de colonização italiana no sul do Brasil. O traço mais marcante de diferenciação entre as do sul do



Foto 2 — Propriedade mista onde a importância da pecuária leiteira sobrepõe a da lavoura. As encostas são utilizadas para a lavoura branca e o café, este em grande decadência como sugere a foto. Habitação e dependências na baixa encosta, juntamente com o terreiro de café que aparece à direita, e o pomar à esquerda. A parte inferior do vale é integralmente utilizada na criação. A residência, de proprietário brasileiro de várias gerações foge do tipo comum do colono italo-brasileiro. (Foto cedida por OMAR GUIMARÃES).

Brasil e as do sul capixaba, é a freqüência nesta região de habitações sôbre estacas ou pilares. P. PETRONE¹¹ também chama atenção para êste fato, referindo-se aos colonos teuto-italianos da região serrana do centro do Espírito Santo. Para o referido autor êste fato estaria ligado a diversos fatôres:

- a) os colonos, pelo contacto com os mineiros, teriam assimilado êste traço cultural, por sinal, muito comum em várias áreas do Brasil Sudeste, inclusive em Minas Gerais;
- b) a construção sôbre estacas ou pilares torna desnecessário o penoso trabalho de terraplenagem em sítio inclinado;
- c) proteção contra as enchentes dos rios e umidade do solo;

¹¹ PETRONE, Pasquale — Obra citada.



Foto 3 — Area de pequena propriedade de Limoeiro entre Castelo e Conceição do Castelo. A casa de maior dimensão que aparece nesta foto é representativa da 2.ª fase de ocupação do vale do Castelo e primeira da cultura do café. Trata-se de uma “casa grande” construída por escravos, na qual, residem hoje 4 a 5 famílias ligadas por laços de parentesco. A primeira casa do plano superior à esquerda (telhado de telhas do tipo francês) e a última do plano superior à direita são os exemplos mais característicos das residências dos colonos italo-brasileiros. O terreiro de café que aparece é utilizado em comum por vários proprietários.
(Foto de OMAR GUIMARÃES).

- d) criação de porões que, às vezes, total ou parcialmente fechados, ou mesmo abertos, atendem a várias finalidades, principalmente como depósitos.

A grande maioria das habitações possuem um só pavimento, porém não é raro encontrar casarões de dois pavimentos, com telhado de duas ou quatro águas. O pavimento superior com residência e o térreo com depósito e, eventualmente, com residência. De uma forma ou de outra, são bem acabadas, normalmente pintadas de claro, com janelas e portas de cores vivas. Raramente vidraças nas janelas, mas é comum a presença de cortinas.

Algumas habitações de taipa ou terra batida aparecem. Nestas residem, geralmente, elementos luso-brasileiros ou de origem africana, embora meeiros de origem italiana possamos nelas encontrar residindo.

Outro tipo de habitação, por sinal muito raro, está relacionado com a época que antecede a chegada dos colonos. Trata-se de imensos

casarões construídos por escravos, tão comuns nas áreas do Brasil que conheceram diretamente uma economia escravocrata.

Tôdas essas habitações encontram-se regularmente dispersas pela zona rural de Castelo, sempre ao longo dos vales, a meia-encosta inferior, acompanhando os cursos de água, não muito distante das estradas. Em virtude da extrema divisão das propriedades e do grande número de meeiros e outros tipos de trabalhadores, a distância que separa uma habitação da outra é relativamente pequena. Em alguns vales a densidade de habitações é tão elevada que se pode perceber uma tendência para o agrupamento. Entretanto o *habitat* é sempre disperso. O único aglomerado rural existente é a vila de Aracuí, porém a maioria de seus habitantes não são descendentes de italianos e alguns dêles não exercem atividade rural. Entretanto, no município de Conceição do Castelo existem os povoados de Estrêla do Norte, Venda Nova e a própria sede do município, onde predominam os ítalo-brasileiros. Em consequência desta distribuição, a população rural está repartida de modo bastante uniforme. Um importante elemento que dispusemos para essa afirmativa é o mapa de distribuição das escolas primárias, elaborado pela Agência Municipal de Estatística do IBGE, isto porque sua distribuição espacial está relacionada com a repartição da população. Conforme o referido mapa há uma menor densidade de escolas nas "terras quentes" do sul da área de Castelo, onde a pecuária das grandes propriedades não permite maior concentração de população. Mesmo assim não diferem muito das outras áreas, uma vez que nem tôdas as grandes propriedades, como vimos, são exclusivamente de criação, existindo nelas várias famílias de meeiros. Por outro lado, nos espaços entre grandes propriedades aparecem diversas outras de dimensões pequenas e médias.

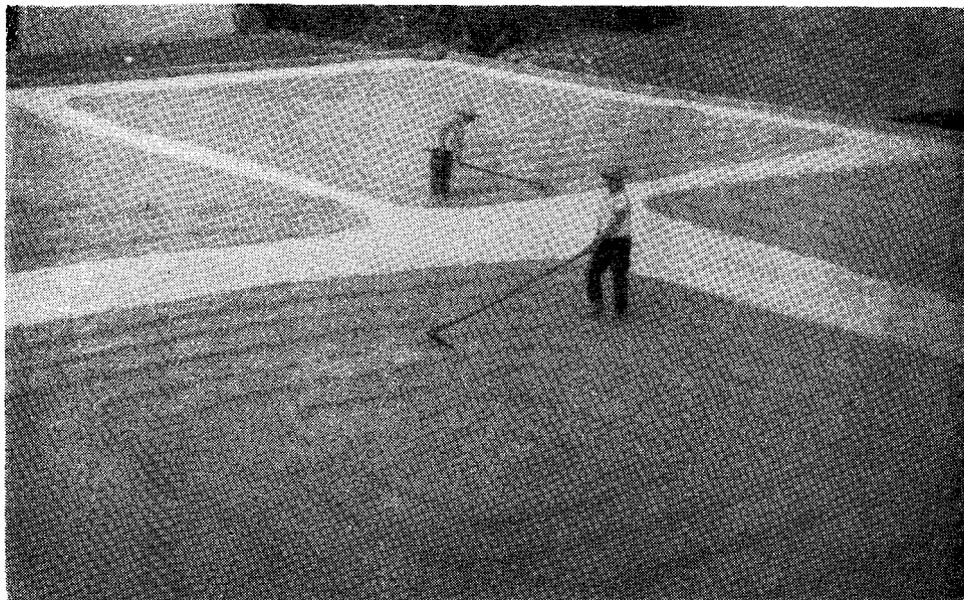


Foto 4 — Pormenor de um terreiro de café, pertencente a colono ítalo-brasileiro proprietário de grande propriedade. As crianças que revolvem o café são filhos de meeiros.
(Foto de OMAR GUIMARÃES).

Nesta área, de 600 km² aproximadamente, vivem cêrca de 20 000 pessoas (estimativa de 1965) o que representa uma alta densidade de 33 hab. por km². Esta população acha-se disposta em uma estrutura social bastante complexa. Muito embora não dispondo de tempo suficiente para estudá-la do ponto de vista sociológico, podemos esquematizá-la em seus traços mais evidentes da seguinte maneira:

— Uma pequena *classe rica* constituída por sete ou oito famílias de *grandes proprietários*, descendentes de antigos colonos italianos ou de origem luso-brasileira. Gozam de padrão de vida elevado. Possuem alguns veículos motorizados, jipe ou camioneta, e alguns, até automóvel. Embora residindo na zona rural, costumam, pelo menos, uma vez ao ano, passear nos grandes centros urbanos do Sudeste.

— Classe dos *pequenos e médios proprietários*, representativa da *classe média* rural, constituída por mais de 1 000 famílias (número inferior ao de pequenos e médios proprietários, porque alguns dêles residem no aglomerado urbano de Castelo, incluindo-se em população urbana). Trata-se pois de um setor bastante numeroso, gozando de padrão de vida que pode ser considerado regular. Alguns possuem jipe ou camioneta. Seus membros, geralmente de origem italiana, caracterizam-se pela usura, motivada em parte pelo desejo de aumentar a extensão de sua propriedade ou de se estabelecer como comerciantes na cidade de Castelo ou em outra próxima. Raramente, principalmente, os pequenos proprietários, deixam o campo para passear nas cidades. Recorrem à cidade de Castelo apenas para comprar o que lhes falta nas “vendas rurais”, ou para participar das missas e procissões dos grandes dias santificados.

— A seguir, em nível inferior, aparece a classe constituída pelos *meeiros*. Êste grupo não é apenas o mais numeroso, como também o mais heterogêneo. Podemos reconhecer neste grupo uma série de níveis. Sua importância social depende, em grande parte, do número e extensão dos lotes por êle explotado, o que, geralmente, depende do maior ou menor número de filhos solteiros — êste fato constitui um exemplo da importância da família muito numerosa nas estruturas econômicas subdesenvolvidas. Portanto, o padrão de vida dos membros dessa classe varia desde aquêles cuja situação de meeiro é instável, habitando em casas de taipa, com tipo de vida que se aproxima do subproletário do campo, até os que, possuindo família numerosa e muitos lotes, apresentam padrão de vida semelhante ao dos proprietários de classe média. Êstes últimos podem, mesmo, ser considerados desta classe. Portanto, é bastante numerosa a classe média rural na região de Castelo. Do ponto de vista étnico a classe dos meeiros é também bastante heterogênea. A maioria dos meeiros abastados são de origem italiana. Entre os menos privilegiados o contingente luso-brasileiro se destaca, muito embora entre êstes últimos apareçam alguns ítalo-brasileiros e, até mesmo, alguns de origem africana.

Ressaltamos ainda que a meação é o grande veículo de mobilidade social desta região, e o grupo de meeiros, o traço de união que encurta a distância social entre os que possuem e os que não possuem terras. Apesar disso, é este setor que mais contribui para a emigração.

— Seguem os *campeiros*. Grupo pequeno e constituído por elementos de origem, principalmente, luso-brasileira e secundariamente, africana. Recentemente alguns ítalo-brasileiros têm-se incorporado a este grupo. Embora seus membros sejam assalariados, possuindo, portanto, renda fixa, são considerados, talvez por força da tradição agrícola da região, socialmente inferiores. Trata-se de um grupo pouco estável, dado que, com o desenvolvimento da pecuária, novos membros frequentemente nêle vêm ingressando, enquanto que outros, em virtude, possivelmente, do tipo de atividade e da condição de assalariados, são atraídos para as cidades.

— Por fim, os *subproletários*, constituído por aquêles que executam certas formas de trabalho que caracterizam o subemprego dissimulado ou desemprego disfarçado. Trata-se de pessoas que são contratadas para executar tarefas das mais diversas: limpeza e poda na lavoura do café, roçado, formação de pastagens, abertura de caminhos ou estradas nas fazendas, feitura ou reparo de cêrcas de arame farpado, ou de pinguelas, colheita do café ou mesmo, ajudar o campeiro. Finda a tarefa para a qual foram contratados, êles procuram outras paragens, quer na região de Castelo, quer nas vizinhanças. Nunca se fixam por muito tempo numa mesma propriedade, daí a expressão local: “pou-sam de galho em galho”.

Pelo tipo de trabalho de seus membros, êsse setor é bastante instável. Não pudemos verificar a contento a procedência de seus componentes, entretanto, não resta dúvida que muitos dêles procedem de áreas vizinhas. Tornam-se mais numerosos durante a colheita do café, quando inclusive, se bem que em menor proporção, chegam do setor subproletário da cidade de Castelo.

Em sua maioria são do sexo masculino, porém muitos são casados e deslocam-se com a família. Sua etnia é bastante heterogênea, encontrando-se nessa classe, até mesmo descendentes de italianos, acabocladados.

Convém assinalar, que em virtude do domínio de pequenas propriedades, este contingente de subproletários do campo não é muito numeroso, como aquêles existentes nas regiões cuja estrutura fundiária se caracteriza pelo domínio das grandes propriedades ou latifúndios, dedicadas principalmente à monocultura, como é o caso da região canavieira do Nordeste e da região cacauera da Bahia.

Cumpra ainda lembrar a existência de uma bem ramificada e densa rede de estabelecimentos de ensino primário na zona rural de Castelo: 100 escolas, das quais 80 são estaduais, 19 municipais e 1 particular, possuindo em seu conjunto 4 833 alunos em 1966. O que representa um índice bastante elevado, mormente se levarmos em conta a taxa de outras regiões agrárias do Brasil, inclusive na região do Sudeste que é aquela que conta com índices mais elevados.

IV — RELAÇÕES COMERCIAIS DE CASTELO COM SUA ÁREA RURAL

A produção rural do município de Castelo é comercializada apenas com sua sede municipal, conforme podemos observar no quadro de número 9. Neste particular destacam-se o café, leite, banana, ovos, madeira e lenha para combustível. Tratam-se de produtos, com exceção da lenha, motivo de trocas entre Castelo e outras praças comerciais. Da produção de café 95% é exportada para a Guanabara e Vitória; da madeira, 73% é exportada para Cachoeiro do Itapemirim; da banana 30% é vendida a Rio Bonito (RJ) e 25% da produção de ovos é exportada para a Guanabara. Atualmente, isto é, a partir deste ano, com a criação da Cooperativa dos Produtores de Leite de Castelo, e a instalação de uma usina de pasteurização desta cooperativa, a produção passou a ser enviada para Itaperuna, com a média de 7 000 litros de leite diários.

Não obstante, a área rural de Castelo não é suficiente para abastecer seu núcleo urbano, em certos produtos, dentre os quais, o arroz, proveniente do Rio Grande do Sul, o trigo da Guanabara e o açúcar de Campos. Por outro lado, a produção de certos produtos da área de Castelo, embora seja suficiente para o consumo da sua população, não é raro sua importação, como é o caso do feijão. A importação desta mercadoria, procedente do Estado do Paraná, é feita por atacadistas de Castelo, com o objetivo principal de colocar na praça de Cachoeiro de Itapemirim, quando não há ou é insuficiente o excedente da produção local.

Pelo que nos foi dado observar não há reciprocidade nas trocas realizadas entre Castelo e sua área rural. Se por um lado o mecanismo é intenso da zona rural para a cidade, o mesmo não acontece da cidade para o campo. Este caráter decorre, em parte, da condição de os meeiros e proprietários serem quase que auto-suficientes na produção de gêneros alimentícios. Geralmente, nas propriedades cultivam-se o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, a cana-de-açúcar, frutas, legumes, etc. Criam-se porcos, cabras, galinhas, e ainda são possuidores de algumas cabeças de gado, destinadas à obtenção de leite. Quando recorrem ao comércio de Castelo é para comprar tecidos, calçados, material de construção, querosene, sal, remédios, um pouco de açúcar, fumo, etc. Quando isso acontece, o fazem em pulsações correspondentes aos períodos de após safra, principalmente a do café. Além disso a praça comercial de Castelo sofre certa concorrência das inúmeras "vendas" localizadas às margens das estradas, que por sinal são quase intransitáveis durante o período chuvoso. Estas pequenas lojas, geralmente pertencentes a proprietários rurais, apresentam grande variedade de mercadorias, desde os cereais e bebidas, até utensílios agrícolas e medicamentos. Por outro lado, uma importante parte da população da cidade, como também 40 a 50% dos proprietários de estabelecimentos comerciais varejistas, são proprietários rurais. Isto dificulta

enormemente as relações de compra e venda na praça comercial de Castelo, que está de certo modo estagnada.

Cabe ainda lembrar que o comércio de Castelo com a zona rural, após desenvolver e ampliar seu raio de ação durante as décadas de 1940 e 1950, englobando, para o norte, a zona rural de Conceição do Castelo, e penetrando, para oeste, na zona de Muniz Freire e Iuna, tem-se enfraquecido nos últimos anos, em virtude da retração verificada na sua área de influência. Em grande parte esse fato decorre de terem sido construídas, ao norte, uma rodovia federal, já parcialmente pavimentada, ligando Belo Horizonte a Vitória depois de passar por Conceição do Castelo; a oeste, uma rodovia estadual, ainda não pavimentada, ligando Iuna e Muniz Freire à Alegre e, já pavimentada desta última localidade a Cachoeiro. Como resultado, a zona rural do município de Conceição, passou gradativamente para a órbita de Vitória (apenas uma parte ínfima de sua exportação de café é destinada a Castelo), e as zonas de Iuna e Muniz Freire perderam quase totalmente sua ligação funcional com Castelo. Atualmente a área rural comandada por Castelo se restringe quase que praticamente aos limites de seu município.

Outro fator da distorção atual no intercâmbio comercial da praça de comércio de Castelo com sua área rural reside no fato das agências bancárias localizadas naquela praça não atenderem, como se faz necessário, à área rural. Embora esta área seja constituída por um grande número de proprietários (1 325 propriedades em 1965) e de meeiros, as agências bancárias locais (Banco da Lavoura de Minas Gerais e Banco de Crédito Real de Minas Gerais) não operam no setor de financiamento agrícola, estando restritas ao atendimento da modesta praça comercial do núcleo urbano de Castelo. A única exceção neste particular cabe ao Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, porém seu financiamento e atividades agrícolas estão condicionadas à referida política de erradicação de cafèzais; isto significa que apenas os proprietários interessados em arrancar pés de café têm acesso a tais financiamentos.

Em decorrência dessa situação, registramos um número bastante considerável de proprietários de terras em Castelo que recorrem à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil localizado na vizinha cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Nesta agência Castelo contava em fevereiro dêste ano (1967) com 16,9% dos contratos assinados, correspondendo a 320 proprietários, somente inferior aos assinados por proprietários de Cachoeiro, com 56%.

Esta situação sugere a criação, em Castelo, de pelo menos uma agência bancária que atenda ao setor primário da população (atividade agrícola) e não somente ao setor terciário (comércio), uma vez que as atividades do setor secundário (indústria) devem contar para seu desenvolvimento com o progresso do setor primário, fundamental para investimentos industriais com base na transformação de produtos do setor primário e, conseqüentemente, para a ampliação e dinamização do setor terciário.

V — ESBÔÇO DAS RELAÇÕES ENTRE CASTELO E CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A cidade de Castelo está integrada na rêde urbana do sul do Espírito Santo. A formação dessa rêde é contemporânea das estradas de ferro criadas, algumas, desde as últimas décadas do século XIX, hoje de importância decadente, a fim de dar escoamento à produção agrícola da região, principalmente de café. Como a sua formação esteve unicamente ligada à atividade agrícola, acreditamos, conforme princípios gerais e tomando como base a experiência fornecida por Castelo, que durante muitos anos elas se constituíram em simples “sementeira urbana”, usando a expressão de KAISER¹². O crescimento das cidades se fez de maneira relativamente autônoma, limitando-se cada uma a ganhar “para si própria a maior parte das relações que requerem as atividades de seus arredores”. A dispersão dos centros urbanos se acentuou sem que houvesse uma hierarquização que viesse criar entre eles vinculações funcionais de importância.

Essa situação se prolongou por muitos anos até que, a partir de 1930, na nova fase de desenvolvimento econômico do Sudeste, a metrópole do Rio de Janeiro lançou sobre a região a rêde que drena para ela o máximo de riqueza. Desde então, essas vinculações se procederam, e nessa malha de rêde urbana comandada pela metrópole carioca, Cachoeiro de Itapemirim, provavelmente pela sua posição no médio vale do Itapemirim e pelo seu melhor equipamento urbano herdado do passado, veio a se constituir na cidade que serve de “relai” (centro-intermediário) à influência metropolitana no sul capixaba.

Nesta condição, Cachoeiro não exerce sobre sua região um comando seguro, o que, aliás, é considerado perfeitamente normal nas rêdes urbanas dos países subdesenvolvidos ou que procuram realizar hoje seu desenvolvimento. Nestes países, os fluxos da vida econômica se relacionam exclusiva ou quase exclusivamente a produtos brutos e a distribuição de alguns tipos de produtos acabados; além disso, a irrupção de meios de transportes maciços e rápidos no interior de um espaço ainda não organizado, conforme observa KAISER¹³ “favorece a concentração extrema das atividades nas capitais”... “não somente em detrimento do campo, mas também às custas do que poderia ser centros secundários”... “tal é a força de atração das capitais e das metrópoles”.

Pelo que nos foi dado verificar ao estudar a área de Castelo e pelas informações que tivemos em Cachoeiro de Itapemirim, a região urbana comandada por Cachoeiro de Itapemirim parece constituir um desses exemplos. A cidade de Castelo pertence à região polarizada secundária de Cachoeiro, e a esta está ligada por uma rodovia pavimentada de 35 km. A reduzida distância, aliada à recente pavimentação (fins de 1966), à proximidade da capital estadual e da metrópole do Rio de Janeiro, são fatores muito importantes a serem considerados para a análise e perfeita compreensão da vida e tipo de relações entre ambas.

¹² KAISER, Bernard — “Geografia Ativa da Região”, in *Geografia Ativa* — Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de S. Paulo — 1966.

¹³ Obra citada.

As relações Castelo-Cachoeiro de Itapemirim não se caracterizam pelo intercâmbio de firmas comerciais. A praça comercial de Castelo se abastece diretamente nos grandes centros do Sudeste, principalmente na metrópole carioca. A própria produção de café do vale do Castelo é vendida pelos atacadistas de Castelo às firmas exportadoras do Rio de Janeiro e, secundariamente, de Vitória, sem a mínima vinculação com Cachoeiro.

As relações de Castelo com Cachoeiro se expressam mais pelo fluxo de grande número de pessoas residentes em Castelo que recorrem aos serviços prestados pelo comércio de Cachoeiro. Trata-se de pessoas que possuindo melhor poder aquisitivo, vão a Cachoeiro utilizando seus veículos particulares ou linha regular de ônibus (duas em duas horas) para a aquisição de certos bens, que o comércio de Castelo, pouco diversificado, não tem condições de oferecer a essa clientela. Este fluxo está também relacionado com a circulação bancária. Além da já referida procura de financiamento agrícola, a carteira de crédito geral do Banco do Brasil, juntamente com outros estabelecimentos bancários de Cachoeiro de Itapemirim, registram um movimento de operações por parte de comerciantes estabelecidos em Castelo nas seguintes proporções: Banco do Brasil — média de 72 clientes, bancos particulares — média de 15 clientes para cada agência.

Assinalamos, ainda que, conforme tivemos ocasião de verificar através de inúmeras informações, parece haver uma tendência no sentido de pessoas residentes em Castelo trabalharem em Cachoeiro, diariamente ou alguns dias da semana, como também, recorrer a esta cidade para fins recreativos. Tais ocorrências se acentuaram após a pavimentação da referida estrada.

Por outro lado, outros fatores têm atuado no sentido de uma auto-suficiência. A criação este ano (1967), em Castelo, da Cooperativa de Laticínios, já referida, subtraiu as relações de dependência de Castelo. Até então a produção de leite de Castelo, que era escoada *in natura*, para a Cooperativa Laticínios Cachoeiro de Itapemirim, ligada à Cooperativa Central dos Produtores de Leite, hoje é enviada para Itaperuna, após sofrer processo de pasteurização.

No setor educacional, Castelo consegue manter-se independente, chegando inclusive a ter sob sua orientação e administração direta a escola primária estadual da vila de Conduru que pertence à jurisdição do município de Cachoeiro de Itapemirim. Somente para a realização de curso de nível superior há necessidade de recorrer a Vitória e Cachoeiro, ou outros maiores centros culturais do País. A cidade possui uma escola primária estadual que, em 1966 contava com 783 alunos. Possui ainda 1 estabelecimento estadual de ensino médio compreendendo um Ginásio, 1 Colégio e 1 Escola Normal, bem como 1 Ginásio e 1 Escola Técnica de Contabilidade do Colégio Comercial de Castelo, também estaduais. Em seu conjunto, os estabelecimentos de ensino médio contavam em 1966 com 879 alunos.

No setor de saúde as relações com Cachoeiro se referem apenas a tratamentos que requerem maior grau de especialização. Neste parti-

cular recorrem também a Vitória e Rio de Janeiro. Possui a cidade de Castelo um Hospital de Clínica Geral e operação dirigido por particulares sem objetivo de lucro. Conta ainda com um pôsto estadual de Puericultura, e 5 médicos que realizam atendimentos particulares. Portanto, nos setores de educação e saúde a cidade de Castelo está satisfatoriamente equipada para o atendimento de sua população urbana de sua zona rural.

Quanto aos órgãos de divulgação a influência de Cachoeiro é insignificante, uma vez que seus meios locais de divulgação (jornais, revistas e rádio falado) praticamente não chegam em Castelo. Neste particular, embora não referente às relações Castelo-Cachoeiro de Itapemirim, devemos registrar a condição de quase total alheamento da população de Castelo quanto aos acontecimentos de âmbito nacional. Isto decorre em grande parte da ausência dos órgãos de imprensa escrita dos grandes centros do País, ficando quase que exclusivamente restrita às informações fornecidas por um único matutino carioca que aí chega destinado somente aos seus assinantes; não existindo venda de jornais ou revistas, quer em "bancas" quer em outro local similar.

VI — CONCLUSÕES

1) Trata-se de uma área perfeitamente integrada física, histórica e econômicamente à Região Sudeste do País.

2) A ocupação humana no vale do Castelo representa notável exemplo de adaptação ao meio físico. O relêvo muito acidentado e a diversificação climática, influíram decisivamente no uso da terra, na estrutura fundiária e na forma de economia.

3) Trata-se de uma área cuja unidade provém, sobretudo, de ter sido colonizada por imigrantes estrangeiros cujos objetivos e processos criaram uma paisagem geográfica que a identifica como uma região homogênea.

4) Esta região apresenta algumas originalidades. Da mesma forma que outras partes do País, a consideração, como um todo, de um Brasil tropical quente e úmido ou semi-úmido é, sem dúvida indispensável para a adequação de problemas gerais, porém pode levar a falhas de interpretação quando não se leva em conta as peculiaridades regionais. A área em estudo, situada bem ao norte do trópico é mais um comprovante de que áreas não tipicamente tropicais penetram em algumas partes bem para o norte do paralelo de Capricórnio.

Por outro lado, o fato de os imigrantes estrangeiros oriundos da zona temperada se localizarem na Região Sul do Brasil decorreu não apenas de condições climáticas mais ou menos semelhantes àquelas de suas regiões de origem, mas principalmente porque o Brasil tropical litorâneo estava praticamente ocupado pelos latifúndios monocultores. Esta conclusão decorre do fato de os colonos, tanto do norte como do sul da Itália, instalarem-se, no vale do Castelo, indiferentemente tanto nas "terras frias" como nas "terras quentes", estas tipicamente tropi-

cais. Esta comparação referente ao século XIX é válida para o século atual relativo aos núcleos de colonização com elementos japoneses em terras da Amazônia.

5) Ao contrário das áreas de colonização estrangeira do sul do país, sobre as quais muito têm escrito geógrafos estrangeiros e brasileiros, onde, por sinal, já tivemos oportunidade de percorrer parcialmente, sobre as do sul capixaba muito poucos trabalhos têm sido escritos, e, além disso, são sempre de natureza histórica ou geológica. Não obstante nos é possível estabelecer algumas comparações entre essas áreas. Em, ambas, os estrangeiros contribuíram para ocupar áreas próximas ao litoral que até meados do século passado permaneciam praticamente desocupadas. Nos dois casos tratam-se de áreas florestais em topografia acidentada próxima do litoral, em espaços onde o povoador luso-brasileiro não podia instalar grandes lavouras tropicais de caráter comercial, ou não havia interesse de mineração. É bem verdade que no vale do Castelo precederam à colonização estrangeira a mineração e a lavoura comercial do café feitas por luso-brasileiros, mas a mineração não teve grande significação econômica e a lavoura comercial incipiente e sob regime escravocrata não resistiu às transformações de relações de trabalho impostas pela abolição da escravatura e logo cedeu à expansão do colono italiano no sul capixaba. Portanto, nos dois casos, os colonos ocuparam áreas situadas entre o litoral, de povoamento antigo, voltado para o exterior, e o interior de povoamento geralmente ligado à criação (Santa Catarina, por exemplo), ou com a mineração (Minas Gerais).

O isolamento em que ficaram, as dificuldades que tiveram que enfrentar face a mata e o relêvo, sem praticamente assistência sistemática por parte dos poderes públicos, contribuíram para que os colonos do sul capixaba como os do sul do Brasil se acomodassem a um sistema de economia quase fechada, adaptando-se inicialmente a um padrão de vida muito baixo. Evidentemente que em contacto com novo meio, obrigados inicialmente a satisfazer necessidade de subsistência, os colonos assimilaram as técnicas com as quais entraram em contacto: derrubada e queimada da mata, sistema primitivo de rotação de terras dentro dos limites da propriedade, utilizando machado, enxada e foice. Introduziram também em sua dieta alimentar certas plantas mais comuns como a mandioca, no que ainda identificaram-se com os colonos do Sul.

Passada a primeira fase e vencidas as primeiras dificuldades, graças principalmente à lavoura cafeeira de caráter comercial que eles aí já encontraram, os colonos evoluíram para uma posição mais favorável. Introduziram a criação, incentivaram a "lavoura branca" a fruticultura e hortaliças em sistema melhorado de rotação de terras, construíram casas maiores e melhores próximas aos tipos da terra de origem, passando dessa forma a usufruir de melhor padrão de vida. Entretanto, apesar da presença do arado de tração animal, a enxada foi, como ainda o é, o principal utensílio agrícola, mesmo porque, certos tipos de cultura e, principalmente, a topografia favorecem seu uso.

6) O processo de caboclicização comum em áreas coloniais parece-nos mais intenso no sul capixaba do que no sul do País. Acreditamos que isto decorre principalmente da circunstância de terem os colonos do sul do Espírito Santo, mormente no vale do Castelo, encontrado quando de sua chegada um substrato populacional constituído de luso-brasileiros. Lembramos, porém, que apesar da assimilação ter sido bastante considerável a amalgamação permanece pouco importante.

7) A cidade de Castelo, único centro urbano de importância do vale do Castelo é um produto de sua zona rural. Constituía, inicialmente, um pequeno núcleo de prestação de serviços aos colonos, e de ponto de convergência da produção de café que os pequenos atacadistas de então exportavam diretamente para o Rio de Janeiro. Posteriormente, com o êxodo rural, êste núcleo se desenvolveu, tornando-se não apenas exportador de café e cereais produzidos na sua área rural, como também importante consumidor da produção da “lavoura branca” e fruticultura.

8) A notável emigração da população rural para Castelo nos últimos 30 anos, e mais recentemente para outras cidades ou zona rural do Espírito Santo e outros Estados, acreditamos ser devida mais ao super-povoamento e conseqüente superdivisão de propriedades do que das relações de trabalho.

9) A região está em fase de transformação econômica. O incremento da pecuária leiteira em detrimento da lavoura do café deverá acelerar o processo de emigração, como já se faz sentir no momento, apesar de início recente.

Todos êsses fatores humanos e econômicos: superpovoamento, decadência da lavoura do café, fase de transição na economia rural, ausência quase completa de financiamento às atividades primárias e de assistência agrônômica básica e objetiva são responsáveis pela quase estagnação econômica que caracteriza o vale do Castelo a partir dos últimos 6 anos, aproximadamente.

Existe na cidade de Castelo um escritório da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo) cuja sede localizada em Cachoeiro de Itapemirim pertence ao Sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). Esta Associação que é mantida com fundos federais, estaduais e da USAID (Aliança para o Progresso) tem no vale do Castelo atuado, junto à família do agricultor, muito mais no setor de orientação higiênico-sanitária e educação doméstica do que no setor econômico, isto é, fornecendo filtro de água para beber e orientando-a na construção de instalações sanitárias domiciliares, denominadas “fossas secas”. Não resta dúvida que alcançar êstes objetivos é de certa forma útil, mas nos parece que nessa região tais objetivos devem ser colocados em plano secundário. O vale do Castelo é privilegiado pela pouca incidência de endemias. Seu relêvo montanhoso é pródigo em nascentes de águas mais puras que as filtradas. Além disso, o imigrante italiano trouxe de sua terra de origem certos valores culturais familiares relativamente adiantados que ainda hoje são cultivados pelos seus descendentes, e a alfabetização é quase

geral, dado o grande número de escolas na zona rural. Seria mais aconselhável que a referida Associação cooperasse na solução dos problemas sociais, executando plano de ordem econômica, fornecendo crédito através de agências bancárias, e assistência técnica aos agricultores pequenos, médios e meeiros. É bem verdade que no setor econômico a ACARES cooperou na instalação da Cooperativa de Laticínios dos Produtores de Castelo, e está em convênio com o IBC, através do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, na política de erradicação de cafèzais. Porém, aquela medida, por si só, além de beneficiar alguns poucos proprietários (conta a Cooperativa apenas com 60 cooperados), conjugada com a segunda levará em um futuro próximo a uma concentração de terras em um número cada vez menor de pessoas e reduzirá as chances de meação, veículo de ascensão social na região. Tudo isso agravará os problemas sócio-econômicos e o superpovoamento, conseqüentemente, incrementará a emigração.

10) Apesar de ser produto de sua área rural, a cidade de Castelo é muito mais um centro de convergência da produção rural do que de assistência a essa área. A auto suficiência de sua zona rural no que se refere a produtos alimentares, a transformação e letargia econômica por que passa essa área, e a proximidade desta cidade à de Cachoeiro, tem levado a praça comercial de Castelo a uma estagnação. Isto nos parece um fator muito importante para explicar a constante transferência de pessoas residentes na cidade de Castelo para outras cidades do Sudeste ¹⁴.

11) Quanto às perspectivas de um desenvolvimento industrial em Castelo, estas parecem muito remotas. Leigos e geólogos têm descoberto uma grande variedade de minérios (ferro, manganês, níquel, ouro, prata, areias radioativas, urânio, pedras semi-preciosas, etc.), não apenas no vale do Castelo como também por todo Sul do Estado do Espírito Santo. Desconhecemos as causas do não aproveitamento destes minérios; talvez sejam em quantidades insuficientes para tornar sua exploração econômica. Além do mais a energia elétrica, além de precária, seu consumo é de preço muito elevado, tanto em Castelo como em Cachoeiro, apesar da região ser pródiga em quedas de água. Por sinal, êste é um dos sérios problemas para o desenvolvimento industrial de Cachoeiro.

12) Em virtude da pequena industrialização de Cachoeiro de Itapemirim, da curta distância que separa Castelo daquela cidade, e do sistema de rodovias transitáveis todo ano, com seus eixos principais pavimentados ligando o sul do Espírito Santo às cidades de Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo, o comando de Cachoeiro do Itapemirim sobre Castelo é muito frágil. Esta característica entre êstes dois centros nos parece que pode ser generalizada para todo o sul capixaba, constituindo Cachoeiro de Itapemirim uma espécie de relais à influência metropolitana, principalmente carioca, no sul do Espírito Santo.

¹⁴ Segundo pesquisas realizadas por um grupo de alunos do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória, da Universidade Federal do Espírito Santo, 80 famílias residentes na cidade de Castelo transferiram-se para Vitória a partir de 1960.

FONTES PRINCIPAIS DO ESTUDO:

- 1 — Agência Municipal de Estatística de Castelo — IBGE
- 2 — Prefeitura Municipal
- 3 — Agências Bancárias
 - Banco da Lavoura de Minas Gerais (Castelo)
 - Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (Castelo)
 - Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Castelo)
 - Banco do Brasil S/A. (Cachoeiro de Itapemirim)
 - Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro (C. Itapemirim)
 - Banco de Crédito Real de Minas Gerais (C. Itapemirim)
 - Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (C. Itapemirim).
- 4 — Coletoria Estadual
- 5 — Coletoria Federal
- 6 — Voluntários da Paz — Departamento da Merenda Escolar
- 7 — Empresa de ônibus Real (via Cachoeiro—Castelo)
- 8 — Tabelião — 1.º Ofício de notas
- 9 — Escritório do Economista Raccine Gonçalves
- 10 — Estabelecimentos atacadistas e varejistas da cidade
- 11 — Propriedades rurais

SUMMARY

The Castelo's river valley, placed in the mountainous area, in the South of Espírito Santo, belongs to the Itapemirim's river basin. It's an homogeneous area which the actual evolution and dynamism reflect a perfect integration in its essential mechanisms, historical and actual of the Brazilian's Southeast. Colonized by Italian elements, that area now is suffering the economical transformations like the others Brazilian regions, coming from the economical coffee cycle to the milk cattle raising, which the consequences are unforeseeable.

The physical representation of the Castelo's valley is a gnaissic-granit block deeply engraved by the watercourses and the valleys in the "V" very closed form and very high slopes present a great difference of level from the base to the summits, where the original leaflet forest for the Atlantic tropical "mata" was quite totally removed for to give the place to the agrarian raising.

Its latitude and its extraordinary morphological compartmentation they justify a noticeable climatic diversification, not commonly found in the country, responsible by the presence of two very important climatical types, recognized by the people who live there: that of "terras quentes" (hot or tropical climate) and that of "terras frias" (temperate or mountain's tropical). Those physical conditions have a great consequences in the land's utilization in the foundary structure and in the economical forms.

The settlement of that area could be divided in three phases: the phase of *gold mineration or the distribution of the slavery coffee's land*, and the *Italian colonization*. It had remained few things about the first phase, but the second phase had overtook, by the great number of cultural complexes. Like the sugar cane plantation, the distiller and some field houses, also the ethnical composition and the social structure. Now because the third phase, the remainders of the first settlers constitute the great part of the population.

Elapsed from the type of distribution of land when the settlers arrived the little foundary structure of the Castelo Valley is characterized by the small property: among the 1325 properties of Castelo's municipality only 4 or 5 are great. However the Italian-Brazilian families are numerous, and so come the properties division by inheritance, forming the small states or "minifundio" that only serves to the family's survive. It is very numerous the emigration from the rural zone to the Castelo city or others centers, and of the rural zone of Castelo to others in the north of Espírito Santo, even in the north of Paraná.

The soil is much occupied, principally by the coffee plantation and the cattle pasturages. The coffee plantation had been from the beginning of the settlement effectively agrarian, till today, the single of great commercial interest.

In the last 6, 7 years the cattle raising and the milk had enthused the farmers to pursue with the cattle, and the establishment of milk co-operative, so showing its importance. Another important job is the "white ploughing" represented by the temporary and annual cultures. Few products of annual culture gain the regional market, and the commerce stays, quite only, in the local market. Both the foundary structure and the soil utilization are very related with the existence of "hot lands" and the "cold lands".

In the small property the exploitation is familiar. However exists the presence of the middleman in the great and small properties. The middleman is only Italian-Brazilian, and his work is much important, chiefly in the social-economic subject. The division of the land forbides the underproletarianization in the urban centers of Cachoeiro do Itapemirim, Vitória and others.

In the mixed properties, or only used for the cattle raising, there exists a worker named "campeiro". The campeiro has a luso-Brazilian origin.

However exist several types of houses: african ones and the big houses constructed by the slaves, that was numerous in the slave economy area, but the mostly is constitute by brick houses on piles, painted in clear colors, with doors and windows in brilliant colors. They look like others in the italian colonization zones in the south of Brazil. All the habitations are regularly disperses in the rural zone, always near the valley accompanying the watercourses and not much far from the roads. Because of the properties division and great number of middle owners and others workers, the distance between the habitations is very small. It's rare the rural agglomerations.

In the rural area of Castelo live 20 000 inhabitants in a density of 33 by km², disposed in a very complex social structure: a small *rich class* constituted by the great owners; the middle class formed by the small and middle owners; the middle owners class, the more numerous and heterogeneous ones; the campeiro, a little group, and ending the underproletariat a very small contingent.

The city of Castelo, placed in a great area near the low course of Castelo's river, is a single urban center of some importance concerning the product of its rural zone, as a coffee's exporter, cereals producer, and also as a consumption center of fruits and products from the "white plantation". However it doesn't occur the same from the city to the country, due to a serie of reasons: the self-sufficiency of the owners and middle owners as a producer of food-crops and the presence of little warehouses or "vendas" spreaded on the country. A great number of merchants are rural proprietors, however persists the lack of banks for financing the agricultural activities.

Castelo is integrated in the urban net of the south of Espírito Santo, that has its principal center in Cachoeiro do Itapemirim. This last one, by its turn, acts as "relai" (intermediary center) to the metropolitan influence of Rio de Janeiro. Under this conditions Cachoeiro doesn't have a very safe dominance on its region, but it is perfectly normal between the intermediary centers of polarization in the urban nets of undeveloped countries or in process of development. By this reason the relations between Castelo and Cachoeiro do Itapemirim don't characterize itselfes by the exchange of commercial establishments. The commerce of Castelo is provided directly by the great centers of southeast, chiefly by the Rio de Janeiro metropolis. Even the coffee coming from the Castelo's valley is sold by the Castelo's sellers to the exporter firms of Rio de Janeiro and Vitoria, without the interference of Cachoeiro. The relations between Castelo and Cachoeiro is evidenced by the flux of people, that lives in Castelo but use to go to Cachoeiro, by their own cars, or by the line of bus, according to their possibilities, in order to buy goods that is missing in the market of Castelo, beside the flux concerning the bank's activities.

Finally, there are a serie of factors that are responsible for the economical stagnation in Castelo's valley since last six years approximately. This factors are related with the unusual increase of population, the decreasing of coffee plantation, the transition phase on rural economy and the lack of financing to the primary activities and basic agronomical assistance.

RÉSUMÉ

La vallée du fleuve Castelo, située dans la "Região Serrana do Sul do Espírito Santo", fait partie du bassin du fleuve Itapemirim. Il s'agit d'une région homogène dont l'origine, l'évolution et le dynamisme actuel sont le reflet de sa parfaite intégration aux mécanismes vitaux, historiques et actuels du Sud-est du Brésil. Colonisée par des éléments d'origine italienne, cette région subit, actuellement, des transformations économiques plus ou moins semblables à celles que d'autres régions du Brésil ont déjà souffert. Il s'agit du passage du cycle économique du café à celui de l'élevage laitier, dont les conséquences sont encore imprévisibles.

La vallée du Castelo est physiquement constituée par un bloc de granit-gneiss profondément façonné par les cours d'eau dont les vallées en "V" très fermées par les pentes très escarpées présentent, de la base au sommet, de grandes différences de niveaux. La forêt latifoliée originelle, la forêt tropicale atlantique, a été presque totalement détruite, cédant l'espace à l'élevage et à la culture.

L'altitude de la région, associée aux extraordinaires compartiments morphologiques, explique la remarquable diversification climatique, qui, dans le Pays, n'est pas très fréquent. Ces facteurs sont les responsables par l'existence, d'au moins, deux importants types climatiques bien connus des habitants de la région: celui des "terras quentes" — régions chaudes — (climat chaud ou tropical) et celui des "terras frias" — régions froides — (climat tempéré ou tropical de montagne). Ces conditions physiques ont de profondes conséquences sur l'utilisation du sol, sur la structure agraire et sur la forme de l'économie.

L'histoire du peuplement de cette zone peut être divisée en trois phases distinctes: phase de l'exploitation de l'or, phase de la distribution de "sesmarias" ou du café sous le régime de la main-d'oeuvre esclavée, et la phase de la colonisation italienne. La première de ces phases a laissé peu de traces, mais la seconde, malgré sa très courte durée, nous a laissé des vestiges et des complexes culturels: tels que la culture de la canne à sucre, les alambics, quelques maisons de campagne et il faudrait encore citer la composition ethnique et la structure sociale. Aujourd'hui, grâce à la troisième phase, les descendants des premiers colons constituent la grande majorité de la population.

En conséquence de la manière par laquelle l'acquisition des terres, au moment de l'arrivée des colons, a été réalisée, la structure agraire de la vallée du Castelo se caractérise par la petite propriété: parmi les 1325 propriétés du municipio de Castelo, seulement 4 ou 5 peuvent être considérées comme grandes. Les familles des italo-brésiliens étant très nombreuses et les héritages causant la fragmentation des propriétés, il en résulte l'importance de cette activité, insuffisante à pourvoir à la subsistance d'une famille. On observe, alors, une émigration de la zone rurale vers la ville de Castelo ou bien vers d'autres centres, ainsi que la zone rurale de Castelo vers celles du nord de l'État de l'Espírito Santo et même vers celles du nord de l'État de Paraná.

Le sol, pour cette même raison, est assez utilisé, principalement par la culture du café et par les paturages. La culture du café a été, depuis le début de l'occupation effectivement agraire jusqu'à nos jours, l'unique culture de grand intérêt commercial. Dans ces 6 à 7 dernières années, on observe un enthousiasme de la part des propriétaires pour l'élevage laitier et la création d'une société coopérative de laitage en relient l'importance de cette activité. En plus du café une autre culture de valeur est celle dénommée "lavouira branca" — "culture blanche" — représentée par les cultures temporaires ou annuelles. Peu de ses produits parviennent au marché régional, son commerce est, pratiquement, limité au marché local. Tant la structure agraire comme la forme de l'utilisation du sol sont en rapport assez étroit avec l'existence des "terras quentes" et des "terras frias".

Dans les petites propriétés l'exploitation a un caractère familial. Cependant dans toute la région, dans les grandes et dans moyennes propriétés, la présence de "meeiros" (métayers) est assez fréquente. Ainsi que les propriétaires, la majorité des meeiros est d'italo-brésilien. Les avantages relativement nombreuses, dont jouissent les meeiros de la vallée du Castelo — exactement en opposition à ce qui arrive dans bien de régions du Brésil, dans lesquelles les meeiros sont victimes de rapports de travail demi-féodaux — jointes à l'importance numérique de la classe (bien plus nombreuse que celle des propriétaires), ont une grande importance socio-économique. Ceux qui ne possèdent pas de terres y peuvent, quant même, grâce au système de métayage, se défendre du sous-prolétariat dans les centres urbains de Cachoeiro do Itapemirim, Vitória et d'autres. Dans les propriétés mixtes ou exclusivement d'élevage, les ouvriers agricoles chargés du bétail sont nommés "campeiros". Ceux-ci sont, en général, d'origine luso-brésilienne.

Malgré l'existence d'habitations d'argiles (taipa), résidence d'éléments luso-brésiliens ou d'origine africaine et de quelques grandes maisons (casarões) construites par des esclaves, si fréquentes dans les diverses régions qui connurent une économie à main-d'œuvre esclave, ce qui prédomine dans le paysage ce sont les maisons de brique, bien construites, de couleur claire avec des fenêtres et des portes aux couleurs foncées, très semblables à celles des régions de colonisation italienne du sud du Brésil. Les maisons sont régulièrement dispersées dans la zone rurale, toujours le long des vallées, au flanc inférieur des collines, accompagnant les cours d'eau, plus ou moins près des routes. A cause de l'extrême subdivision des propriétés et du grand nombre de "meeiros" et d'autres ouvriers agricoles, la distance qui sépare les maisons est relativement petite; cependant les agglomérations rurales n'existent presque pas.

Dans la zone rurale de Castelo vivent, à peu près, 20 000 personnes, la densité étant de 33 habitants par kilomètre carré, la structure sociale y est assez complexe: une petite classe riche constituée par les grands propriétaires, une classe moyenne formée par les petits et les moyens propriétaires, une classe de meeiros qui est la plus nombreuse et la plus hétérogène, la classe des campeiros à peine un petit groupe, enfin les sous-prolétaires un groupe peu nombreux.

La ville de Castelo, située dans un grand alvéole, sur les rives du cours inférieur du fleuve du même nom, unique centre urbain d'importance dans la vallée du Castelo, est le produit de sa zone rurale. Il s'agit d'un centre qui non seulement reçoit et exporte le café et les céréales de sa zone rurale mais encore d'un important centre consommateur des produits de sa *lavouira branca* et de sa fruiticulture. Ainsi, le mécanisme des rapports commerciaux est intense de la zone rurale vers la ville. Mais les rapports de la ville vers la campagne n'ont pas la même intensité. Plusieurs facteurs sont les responsables, parmi lesquels l'auto-suffisance des propriétaires et des meeiros quant aux produits alimentaires, la présence de nombreuses maisons de commerce (vendas) localisées dans la campagne et faisant concurrence au commerce de la ville, le fait que beaucoup de ceux qui ont des établissements de vente en détail, à la ville, sont aussi des propriétaires ruraux, l'absence de systèmes bancaires capables de soutenir pécuniairement les activités agricoles.

La ville de Castelo est intégrée dans le réseau urbain du sud de l'État de l'Espirito Santo dont le centre de polarisation est la ville de Cachoeiro do Itapemirim. Cette ville, à son tour, sert de relais à l'influence métropolitaine de Rio de Janeiro dans le sud de l'Espirito Santo. Sous cet aspect, Cachoeiro n'exerce pas dans sa région un commandement très sûr, ce qui est, d'ailleurs, parfaitement normal dans les centres intermédiaires de polarisation des réseaux urbains des pays sous-développés ou en développement. Pour cette raison, les rapports Castelo-Cachoeiro de Itapemirim ne se caractérisent pas par des échanges commerciaux. La place commerciale de Castelo s'approvisionne directement dans les grands centres du Sudeste, surtout dans la métropole carioca. Même la production de café de la vallée de Castelo est vendue par les grossistes de la ville aux maisons exportatrices de Rio de Janeiro et de Vitória qui n'ont aucun rapport avec celles de Cachoeiro. Les rapports de Castelo avec Cachoeiro s'expriment d'une manière plus effective par le flux de nombreuses personnes qui, habitant dans la ville de Castelo, et qui ayant les moyens, vont à Cachoeiro acquérir les biens qui n'existent pas au commerce de Castelo, ou encore par le flux de la circulation bancaire, nécessaire aux activités commerciales, agricoles et d'élevage.

Pour conclure, nous devons citer toute une série de facteurs humains et économiques — superpeuplement, décadence de la culture du café, phase de transition de l'économie rurale, absence, presque totale, d'aide financière aux activités primaires et d'assistance agronomique fondamentale et objective — comme étant les responsables de la quasi stagnation économique qui, à partir des six dernières années, caractérise la vallée du Castelo.

Versão de OLGA BUARQUE DE LIMA